



LICITAÇÃO CAIXA 176/2026 - CECOT

## AVISOS

### AVISO 1:

**As licitações realizadas pela CAIXA ocorrem, exclusivamente, por meio eletrônico.**

Para participar do certame, o interessado deve se cadastrar no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), conforme procedimento descrito no item 3 deste Edital, não sendo necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

### AVISO 2:

O Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)) disponibiliza a ferramenta **Guarda de Documentos de Habilitação**, na qual o licitante deve anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

Ao manter seus documentos atualizados nessa ferramenta, o licitante não necessita realizar individualmente o upload dos documentos de habilitação, podendo participar de todos os certames em que tenha interesse, bastando selecionar os documentos do seu repositório e vinculá-los ao certame/ item do Edital desejado.



LICITAÇÃO CAIXA 176/2026 - CECOT

## RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Acesse e conheça a PRSAC:

[https://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/PRSAC\\_CAIXA.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/PRSAC_CAIXA.pdf)

## NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação:

**RESPEITO**  
**HONESTIDADE**  
**COMPROMISSO**  
**TRANSPARÊNCIA**  
**RESPONSABILIDADE**

Acesse e saiba mais: [Código de Ética CAIXA](#)

Alô CAIXA

4004 0104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101



Ouvidoria

0800 725 7474



LICITAÇÃO CAIXA 176/2026 - CECOT

**EDITAL**

**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT**

**LICITAÇÃO CAIXA 176/2026 – CECOT tipo MENOR PREÇO**

**AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 29/06/2026**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, pela sua Centralizadora Nacional Contratações– CECOT, representada por Licitador (empregado CAIXA designado por Portaria que realiza os procedimentos da Licitação CAIXA), divulga aos interessados a presente licitação.

Modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**

Tipo: **MENOR PREÇO**

Legislação aplicável:

- Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC
- Lei nº 13.303 de 30/06/2016
- Lei nº 8.429 de 02/06/1992.
- LC nº 123 de 14/12/2006.
- Decreto nº 8.538 de 06/10/2015.
- Decreto nº 11.462 de 31/03/2023.
- Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do CNJ e do TSE.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 09/07/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 08:00 horas do dia 10/07/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 08:00 horas do dia 10/07/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das 10:00 horas até às 10:30 do dia **10/07/2026**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia

03/07/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/ítem desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 03/07/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/ítem desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

**1 DO OBJETO**

- 1.1 Registro de Preços para prestação de serviços de expansão de solução de rede sem fio para as agências da CAIXA, compreendendo o fornecimento de hardware e softwares do fabricante H3C, ferramenta de site Survey, serviços de implantação e configuração, suporte técnico especializado e garantia total de 60 (sessenta) meses, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

<b>ANEXO I</b>	TERMO DE REFERÊNCIA
<b>ANEXO I-A</b>	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
<b>ANEXO I-B</b>	FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
<b>ANEXO I-C</b>	RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO
<b>ANEXO II</b>	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
<b>ANEXO III</b>	PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS
<b>ANEXO IV</b>	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
<b>ANEXO V</b>	MINUTA DE CONTRATO
<b>ANEXO VI</b>	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
<b>ANEXO VII</b>	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
<b>ANEXO VIII</b>	DECLARAÇÃO DO LICITANTE

- 1.1.1 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do objeto constam do(s) Anexo(s) I deste Edital.

**2 DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em *FAQ* e *TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.

- 2.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.2.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.3 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
- 2.3.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
- 2.3.2 Organizadas sob a forma de cooperativas;
- 2.3.3 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 2.3.4 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.3.5 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.6 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.7 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa

suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

- 2.3.8 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.9 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.3.10 De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto, básico ou executivo;
- 2.3.11 Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.3:
  - 2.3.11.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - 2.3.11.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - a) Dirigente da CAIXA;
    - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
    - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
  - 2.3.11.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

### **3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
  - 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
    - 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o



CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.

- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com “*LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA*”, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.



- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “*CREDENCIA PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA*”, constante da opção “*CREDENCIAMENTO*”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA.
- 3.9 O link “*CREDENCIAMENTO EM NOVOS CERTAMES*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*EDITAL*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “*CREDENCIAR*” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “*EDITAL*” e a atividade “*CREDENCIAMENTO*” caso ainda esteja no prazo.

#### **4 DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – Licitações CAIXA, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via *e-mail* aos participantes.

- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:**
- 4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no **CADASTRO DO FORNECEDOR** no Portal de Licitações CAIXA.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação CAIXA.

## **5 DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “**ANEXAR PROPOSTA**” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

- 5.2 A **Proposta Comercial com preço global** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II do edital) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 Preços GLOBAL, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.
- 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando-se as particularidades tributárias de cada segmento.
- 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), seja como item específico da planilha de composição do preço.
- 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.

- 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicar e comprovar essa propriedade.
- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou revisão de preços.
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.4 **Declaração da licitante de que:**
- I) responsabiliza-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
  - II) cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de participação (item 2) e habilitação (item 8).
- 5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-Mail, a confirmação do recebimento.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.
- 5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

- 5.6 No caso de empresas em consórcio, a proposta deverá ser feita em nome da empresa líder, e nela deverão ser relacionados o nome e CNPJ de todas as consorciadas.

## **6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3 As propostas classificadas serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.
- 6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial, conforme item 5.3, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:
- condições dos item 6.5 e subitens, e
  - compatibilidade do preço ofertado com os insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto desta licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas.
- 6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.
- 6.5 **Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste edital;
- 6.5.2 Contenham vícios insanáveis;
- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global, e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III.
  - 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que o(s) preço(s) global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
  - 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 Apresente na planilha de composição de preços/BDI cotação de itens em desacordo com as condições estabelecidas neste edital;
- 6.5.6.1 No caso de eventuais divergências entre percentuais e valores informados na planilha de composição de preços/orçamentária/BDI (Anexo III) e aqueles decorrentes da legislação ou norma específica e/ou ausências de provisão de valor, em razão de isenção ou benefício fiscal, o licitante deverá apresentar nota explicativa, bem como a documentação que comprove essa condição;
- 6.5.6.2 Havendo divergências, por erro material, entre percentuais e valores informados na planilha de composição de preços/orçamentária/BDI e aqueles estabelecidos em legislação ou norma vigente, o licitante poderá corrigir o item, compatibilizando-o com a legislação ou norma aplicável, mantido o preço vencedor.
- 6.5.7 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

## **7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO**

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 17 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do



lance.

- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
  - 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
  - 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
  - 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
    - 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
    - 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
      - 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.

- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I com tecnologia desenvolvida no País;
  - II produzido ou prestado de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
  - III produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - IV produzido ou prestado por empresas brasileiras;
  - V produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - VI produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.

- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) - acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link → “EFETUAR NEGOCIAÇÃO”.
- 7.12 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial e a planilha de Composição de Preços com a descrição detalhada dos custos, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

## **8 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO**

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
  - qualificação técnica;
  - qualificação econômico-financeira;
  - regularidade fiscal federal
- 8.1.1 O licitante deve anexar a documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link “Vincular Documentação de Habilitação” e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, realize a conferência e, para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.1.1.1 Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um novo certame.
- 8.1.1.2 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU

CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.

8.1.1.3 As instruções para inserção dos documentos no Repositório de Documentos constam no “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS.

8.1.2 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

**Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

**Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica; quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.2 e subitens deste Edital.

**Nível III** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

**Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

**Nível VI** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.4 e subitens deste Edital.

8.1.2.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.1.2.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.

8.1.2.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘*online*’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.

8.1.2.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

- 8.1.3 No caso de empresas reunidas em consórcios, deverão ser observadas as seguintes condições:
- 8.1.3.1 Na hipótese de as empresas em consórcio sagrarem-se vencedoras da licitação, ficarão obrigadas a promover a constituição e o registro do consórcio, em até 45 dias a partir da convocação da CAIXA para assinatura contratual.
- 8.1.3.2 Todas as empresas deverão satisfazer, individualmente, as condições de habilitação, exceto em relação à qualificação técnica.
- 8.1.3.3 Deve ser apresentado, na forma do item 8.7, documento, público ou particular, comprovando o compromisso das empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder, a qual será a representante das consorciadas perante a CAIXA.
- 8.1.3.4 No consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras é obrigatório que a liderança seja exercida por empresa brasileira. Ressalta-se que a responsabilidade contratual é solidária entre os todos os consorciados.

**8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:**

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> .

**8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:**

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.

- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

**8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

- 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2 Resultado superior a 01 (um) nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 4.439.044,53 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)
- 8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

- $\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total} (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

- 8.4.3.1.1 Para o licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.
- 8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3.2.1 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.4.3.2.2 Publicado em Diário Oficial; ou
- 8.4.3.2.3 Publicado em jornal, ou
- 8.4.3.2.4 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 8.4.3.2.5 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- 8.4.3.2.6 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações; ou
- 8.4.3.2.6.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.2.6 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.4.5 No caso de consórcio, deverá ser comprovado que elas possuem, em conjunto, patrimônio líquido não inferior ao indicado naquele subitem.
- 8.4.6 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos**



**seguintes documentos:**

- 8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
  - 8.5.1.1 Tais documentos deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, pertencentes a pelo menos um dos seguintes ramos de atuação:
    - 8.5.5.1.1 Instituições financeiras enquadradas pelo BACEN no segmento S3, S2 ou S1;
    - 8.5.5.1.2 Grandes empresas de varejo, conforme classificação do BNDES e com abrangência nacional;
    - 8.5.5.1.3 Grandes empresas de telecomunicações, conforme classificação do BNDES e com abrangência nacional;
    - 8.5.5.1.4 Empresas públicas ou órgãos públicos federais, estaduais ou municipais. No caso as certidões de empresas ou órgãos municipais só serão contabilizados caso acumulem fornecimentos em municípios em todas as regiões do Brasil (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste).
  - 8.5.1.2 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) a prestação de serviços de disponibilização de Solução de Rede sem fio, com os seguintes requisitos:
    - 8.5.1.2.1 Mínimo de 2.000 Access Points.
    - 8.5.1.2.2 Controladoras instaladas em solução com contingência ou alta disponibilidade
    - 8.5.1.2.3 Apresentação de declaração/certificação da LICITANTE (conforme modelo ANEXO DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO) de que está apta e autorizada pela fabricante da solução a fornecer/comercializar, instalar, configurar e implementar o produto (hardware e software) de forma a realizar plenamente os serviços especificados no termo de referência, bem como de que dispõe de aparelhamento e equipe técnica, adequados para a execução dos serviços objeto deste edital, utilizando-se de técnicos treinados e certificados pelo fabricante dos produtos, durante todo o período de vigência do contrato e da garantia, com uso de peças e componentes originais do fabricante, durante todo o período de vigência do contrato.
- 8.5.2 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser passíveis de comprovação por documentos fiscais válidos e/ou outros documentos, os quais poderão ser solicitados em fase de diligência, além de serem apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

- 8.5.2.2.1 No caso de empresas em consórcio será admitido o somatório dos atestados.
- 8.6 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.6.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.2 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira, bem como os documentos de procedência estrangeira emitidos em língua portuguesa devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.3 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.6.4 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal de Licitações CAIXA, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
  - d) Documento, público ou particular, comprovando o compromisso de as empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder que será a representante das consorciadas perante a CAIXA;
  - e) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VII);
  - f) Declaração do Licitante (Anexo VIII).
- 8.7.2 Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

- b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
- g) Documento, público ou particular, comprovando o compromisso de as empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder que será a representante das consorciadas perante a CAIXA.
- h) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VII);
- i) Declaração do Licitante (Anexo VIII).

8.8 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.

8.8.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

8.8.2 As certidões apresentadas como prova de regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.8.3 O Licitador, mediante decisão fundamentada e registrada em ata, poderá realizar diligência para apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], contadas da solicitação do licitador, para:

- I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II- Atualização de documentos, cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III- Aferição das condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública, garantindo-se transparência e isonomia aos demais licitantes.

Parágrafo Primeiro - Na análise dos documentos de habilitação, o licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8.4 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VIII -DECLARAÇÃO DO LICITANTE assinado.

- 8.8.5 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.8.6 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 22.14 ou por assinatura física.
- 8.8.6.1 Em caso de dúvidas quanto à autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigir a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.6.2 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após solicitação do Licitador.

## **9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.9.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br). Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.

- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 02 (duas)\_ horas a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração da vencedora será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br);
  - ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br/](http://www.cnj.jus.br/), em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;
  - ao SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 **Não será habilitada a empresa que:**

- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do subitem 9.4 acima;
- 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 9.6.4 Deixe de apresentar a documentação solicitada, apresenta-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.6.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações CAIXA – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “*MANIFESTAR INTERESSE CADASTRO RESERVA*”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas, serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.
- 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação.



- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador, na forma do item 9.9.2, impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.9.6 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/PROTÓTIPO**

- 10.1 Não haverá apresentação/avaliação de amostra nesta licitação.

## **11 DOS RECURSOS**

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “CONTRARRAZÃO”, registrar os argumentos e confirmar.
- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inhabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

## **12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo IV), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAIXA.
- 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor.
- 12.3 A recusa injustificada da primeira classificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação

assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 17 deste Edital.

- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s) registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais dentro do prazo de validade da Ata.
- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente Anexo IV e V).
- 12.6.1 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 12.7 Fica impedida de ser contratado o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.3.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.9 Para o caso de empresas reunidas em consórcio, são condições para assinatura do contrato com a CAIXA:
- a) é obrigatória a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - b) devem apresentar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, consoante IN RFB nº 1863, de 27/12/2018.
- 12.10 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo, constante da Cláusula Sétima da minuta da Ata (Anexo IV).

- 12.11 Caso a licitante vencedora seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura da Ata, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo IV).
- 12.12 O licitante cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
- 12.12.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 12.13 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.14 Se o licitante primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os licitantes que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.
- 12.14.1 O licitante que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.9.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

### **13 DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 13.1 O prazo de vigência da presente Ata será de 01 (um) ano, a contar de dd/mm/aaaa ou contado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 100 (cem) dias corridos de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a CAIXA a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.

- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo das obras ou dos serviços registrados, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

#### **14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexos IV e V) integram o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **15 DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 15.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 15.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
- 15.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 15.2.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 15.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 15.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre mantendo os 30 (trinta) dias após a data de vencimento do contrato;
- 15.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela

Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;

- 15.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 15.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
  - 15.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
  - 15.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
  - 15.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
  - 15.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
  - 15.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
  - 15.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
  - 15.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 15.2.2.2.
  - 15.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:
    - a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
    - b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

- c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

15.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

15.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

15.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

15.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

15.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos);
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre mantendo 30 (trinta) dias após a data de vencimento do contrato;

c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;

e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 13.6 deste Edital;

f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595 de 31/12/1964 e nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325 de 1996 do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

15.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.

15.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

15.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

15.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado. Quando não houver apresentação da garantia pelo Fornecedor no prazo estabelecido, a Caixa poderá reter o valor correspondente quando do pagamento da fatura.

15.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

**16 DA FORMA DE PAGAMENTO**



- 16.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e no Contrato (Anexo V).

**17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) multa;

II) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 17.1.1 No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_ por cento) sobre o valor do serviço sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

- 17.1.2 A(s) multa(s) será(ão) aplicada(s) nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).

- 17.1.3 O FORNECEDOR ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).

- 17.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V) Deixar de entregar a documentação exigida;
- VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- VIII) Não manter a proposta;
- IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

- X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

- 17.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 17.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 17.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 17.6 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

## **18 DOS ILÍCITOS PENAIIS**

- 18.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

## **19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 19.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3104-01.

## **20 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

- 20.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 20.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização,

ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

## **21 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA**

- 21.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.
- 21.1.1 O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 100 (cem) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.
- 21.1.2 A prorrogação dar-se-á por apostilamento, quando houver manifestação formal e expressa da CONTRATADA e não houver alteração das demais disposições contratuais, dispensando-se a assinatura da CONTRATADA. Caso a prorrogação esteja acompanhada de alterações contratuais que impliquem modificação das obrigações pactuadas, tais ajustes serão formalizados por meio de termo aditivo.

## **22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 22.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 22.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 22.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 22.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 22.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 22.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.7 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, em Brasília/DF.

- 22.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- 22.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.
- 22.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 22.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 22.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 22.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 22.13 A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CAIXA, limitada a subcontratação para os serviços de:
- Será permitida a subcontratação de 100% dos serviços de campo;
  - Para quaisquer outras atividades ou hipóteses, a subcontratação é vedada, tendo em vista existirem empresas no mercado capazes de atender plena e satisfatoriamente o objeto de contratação.
- 22.13.1 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal federal, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.
- 22.13.1.1 A CAIXA verificará a regularidade da subcontratada em relação aos impedimentos de licitar e contratar, não sendo admitida a subcontratação no caso de impedimento, conforme item 9.5.
- 22.13.1.2 A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas no item 2.4 e subitens.
- 22.13.2 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.
- 22.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s)

legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

**23 DO FORO**

- 23.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro Contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF, Subseção Judiciária de Brasília/DF.

Brasília, 29 de junho de 2026.

Licitadora

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****CONSIDERAÇÕES GERAIS****1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preço para expansão de SOLUÇÃO de Rede Sem Fio para as agências da CAIXA, compreendendo o fornecimento de hardware e softwares do fabricante H3C, Ferramenta de site Survey, serviços de implantação e configuração, suporte técnico especializado e garantia total de 60 (sessenta) meses, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste documento e demais anexos que o complementam.
- 1.2. Seguem os itens necessários para a expansão, os quais deverão atender as especificações listadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD	PARTNUMBER	TIPO	DESCRIÇÃO
1	Controladora Wireless WiFi 7	4	EWP-WX5860X	HW	H3C WX5860X Access Controller
2	Access Point WiFi 7	13.715	EWP-WA7220-HI-FIT	HW	Ponto de Acesso H3C Wifi 7 WA7220-HI Internal Antennas 4 Streams Dual Radio 802.11be/ax/ac/n. Acompanha LI-SWX1-BE
3	Ferramenta de Survey	8		HW	

**2. ARQUITETURA DE REFERÊNCIA**

- 2.1. A arquitetura de referência está sumarizada a seguir:

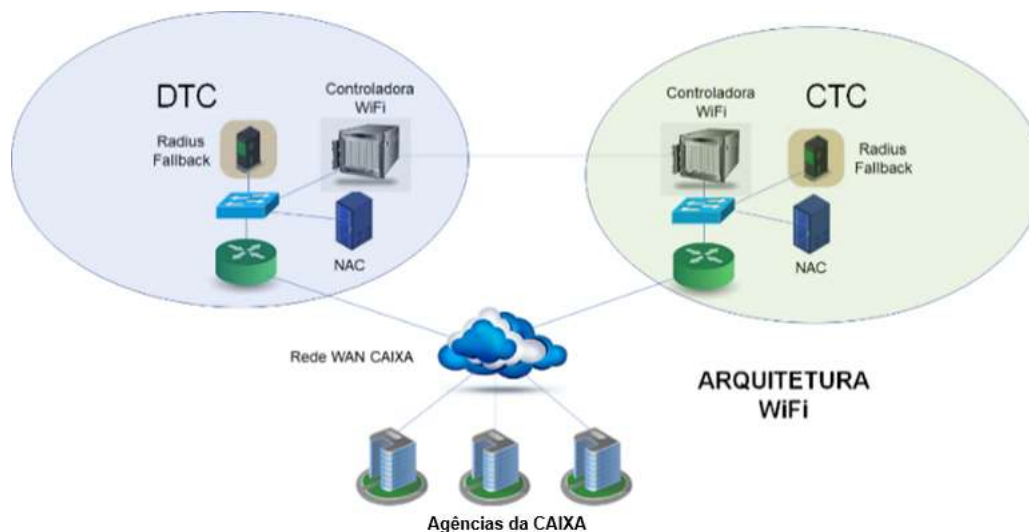


Figura 1 Arquitetura da SOLUÇÃO

### **3. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO**

- 3.1. Todos os equipamentos que compõem a SOLUÇÃO (WiFi) devem:
  - 3.1.1. Ser do mesmo fabricante, de maneira a garantir a padronização e interoperabilidade dos ambientes.
  - 3.1.2. Possuir certificado de homologação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- 3.2. A SOLUÇÃO de WiFi para Agências da Caixa é composta pelo conjunto de Controladoras e Access Points.
- 3.3. As CONTROLADORAS deverão trabalhar em alta disponibilidade, ou seja, na indisponibilidade de uma delas a outra deverá assumir todas as atividades, inclusive o controle e gerenciamento de todas as conexões estabelecidas pela Controladoras que ficou indisponível.
- 3.4. Além disso, a SOLUÇÃO WiFi deverá:
  - 3.4.1. Garantir integração com a Solução de Controle de Acesso (NAC) CISCO ISE utilizada na Caixa.
  - 3.4.2. Possuir cenário de Fallback para, em caso de falha do NAC, prover a autenticação para os DISPOSITIVOS MÓVEIS, por meio de um segundo Radius interno ou externo.
  - 3.4.3. As funcionalidades de gerência e autenticação, bem como as demais, poderão ser providas tanto pelas Controladoras quanto pelo software gerenciador, entretanto todos os requisitos descritos como necessários para o correto funcionamento da SOLUÇÃO, incluindo a sua alta disponibilidade, deverão estar disponíveis de acordo com o exigido neste documento, independentemente da plataforma a ser utilizada pela CONTRATADA.



- 3.4.4. A ferramenta de controle e gestão principal deverá ser fornecida pelo mesmo fabricante da solução.
- 3.5. A SOLUÇÃO deverá garantir a qualidade de serviço para as aplicações de comunicações unificadas utilizadas pela CAIXA, e permitir o monitoramento de sua utilização.
- 3.6. Os equipamentos ofertados deverão ser novos, estar em linha de produção e sem previsão de descontinuidade.
- 3.7. A SOLUÇÃO deverá possuir Certificações de Conformidade técnica pelos Órgãos competentes, incluindo o Certificado de Homologação, a todos os elementos de telecomunicações, pela ANATEL.
- 3.8. Deve vir acompanhada de todas as licenças de software ou hardware necessárias para atendimento às funcionalidades exigidas neste documento, de forma perpétua.
- 3.9. Deve permitir a configuração da solução em alta disponibilidade.
- 3.10. Deve ser compatível com aplicações containerizadas de uso em nuvens públicas e privadas.
- 3.11. As demais especificações técnicas da SOLUÇÃO estão descritas nos anexos subsequentes.

#### **4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 4.1. A Proponente deverá informar que possui autorização do fabricante para comercializar o produto no Brasil.
- 4.2. A comprovação deve ser feita por meio de declaração, fornecida juntamente com a proposta e destinada a CAIXA e com referência explícita ao corrente processo de aquisição.
- 4.3. A Proponente, deverá apresentar declaração destinada à CAIXA e com referência explícita a este processo de aquisição, que comprove os requisitos abaixo:
  - a) Possuir contrato de suporte com o fabricante, no Brasil, para o produto especificado;
  - b) Possuir contrato de garantia firmado com o fabricante, no Brasil, para o produto especificado;
  - c) A CAIXA verifique diretamente junto aos fabricantes a correspondência entre as garantias contratadas e as exigidas neste edital.
- 4.4. A Proponente não poderá ofertar equipamentos ou software com ciclo de vida anunciado pelo fabricante ("End-of-Life", "End-of-Sale" e "End-of-Support").

**ANEXO I-A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

<b>ITEM</b>	<b>REQUISITO TÉCNICO</b>
<b>1.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>
2.	Os equipamentos deverão possuir certificados ou atestados que atenda às diretivas ROHS - <i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i> .
3.	Deverá ser fornecida com todas as licenças necessárias para atender os quantitativos explicitados na Tabela 1, item 7.
4.	A indisponibilidade da plataforma central não poderá impactar a operação do serviço Wi-Fi nas agências.
5.	A solução deverá ser implementada com redundância local para as CONTROLADORAS, em cada site.
6.	A Arquitetura fornecida deverá implementar o controle e gerenciamento centralizado.
7.	As controladoras deverão operar em cluster de alta disponibilidade, suportando gerenciamento centralizado de no mínimo 17 mil APs e possibilidade de expansão para até 25%, com o mesmo hardware.
<b>8.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS</b>
9.	Todo o controle da Solução, assim como a autenticação dos seus componentes e dispositivos móveis, de cada uma das Unidades CAIXA, será efetuado por um conjunto de CONTROLADORAS, instaladas nos ambientes do DATACENTER (Cidade Digital) e CTC (Setor de Indústria Gráfica), em Brasília), operando em alta disponibilidade, por meio da rede WAN CAIXA.
10.	Deverá implementar a utilização de SSID distintos para dispositivos móveis corporativos e para dispositivos móveis particulares, de forma a permitir a sua ocultação e divulgação de maneira independente.
11.	Possuir quantidade de memória e capacidade de processamento suficiente para atendimento de todas as funcionalidades e desempenho solicitados neste documento.
12.	A solução deverá possuir plataforma central de gerenciamento e orquestração, responsável por: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Provisionamento em larga escala (Zero Touch Provisioning);</li><li>▪ Distribuição centralizada de políticas de SSID, segurança, QoS e segmentação;</li><li>▪ Inventário e monitoramento de APs e controladoras;</li><li>▪ Auditoria, rastreabilidade e controle de mudanças;</li><li>▪ Integração com sistemas corporativos (SOC, SIEM, NAC, ITSM), por meio de APIs abertas e documentadas.</li></ul>
13.	A solução deverá garantir que todos os pontos de acesso Wi-Fi se mantenham em operação mínima autônoma ( <i>survivability</i> ) em caso de falha total ou parcial da conectividade WAN da agência. Em situação de indisponibilidade da WAN, os APs deverão, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Permanecer transmitindo os SSIDs configurados;</li><li>▪ Permitir a associação de novos dispositivos;</li><li>▪ Manter conectados os dispositivos já autenticados;</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Aplicar políticas locais de segurança, VLAN/segmentação e QoS;</li><li>▪ Permitir autenticação local ou por meio de mecanismos de contingência (ex.: cache seguro de credenciais), quando aplicável.</li></ul>
14.	<p>As políticas de segurança aplicadas localmente deverão continuar vigentes mesmo durante falha de conectividade WAN.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A solução deverá suportar WPA3-Enterprise;</li><li>▪ 802.1X com integração a servidores AAA/RADIUS;</li><li>▪ Segmentação lógica de tráfego (VLAN, VRF, túneis ou equivalente);</li><li>▪ Isolamento entre redes corporativas, visitantes e dispositivos IoT;</li><li>▪ Registro e exportação de eventos de segurança para sistemas corporativos.</li></ul>
15.	<p>O plano de controle poderá operar de forma centralizada e ocasionalmente de forma distribuída, desde que atendidos os requisitos de autonomia operacional definidos neste TR.</p>
16.	<p>A solução deverá permitir que o plano de dados opere localmente na agência, não exigindo encapsulamento ou tunelamento obrigatório até ambiente central.</p>
17.	<b>AUTENTICAÇÃO</b>
18.	<p>A SOLUÇÃO deverá possuir dois cenários para autenticação, sendo eles principal e <i>fallback</i>.</p>
19.	<b>ESCALABILIDADE</b>
20.	<p>Deverá permitir também a ampliação para suportar, no mínimo, a capacidade final, sendo que, neste caso, será permitido o acréscimo de hardware, desde que não ultrapasse a 7 (sete) controladoras por rack.</p>
21.	<p>Será considerada uma altura de 2U por controladora, perfazendo o máximo de 14 UR por rack, por Datacenter.</p>
22.	<b>CONTROLADORA</b>
23.	<p>Os requisitos especificados neste item são aplicáveis às Soluções que utilizam CONTROLADORA e se aplicam, funcionalmente à Soluções de Arquitetura distribuída, as quais não utilizam CONTROLADORAS.</p>
24.	<p>Cada CONTROLADORA deverá ser capaz de controlar, no mínimo, a capacidade inicial, conforme Tabela 1 – item 7, simultaneamente, sendo permitido a clusterização.</p>
25.	<p>Deverão ser fornecidas todas as licenças para pleno funcionamento da SOLUÇÃO de acordo com as exigências deste edital.</p>
26.	<p>As CONTROLADORAS devem trabalhar em alta disponibilidade.</p>

27.	No caso de indisponibilidade de uma das CONTROLADORAS a outra deverá assumir todas as funcionalidades da indisponível.
28.	Deverá ser capaz de controlar ACCESS POINTS nos padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ac Wave 2, 802.11ax/be, simultaneamente.
29.	Deverá implementar os seguintes padrões:
	a. IEEE 802.1AB (LLDP);
	b. IEEE 802.11h;
	c. 802.11i com certificação WPA e WPA2;
	d. Certificação WPA3
	e. IEEE802.11w com certificação WPA3;
30.	Deverá implementar suporte aos protocolos IPv4 e IPv6 e possuir as seguintes funcionalidades:
	a. DHCP server IPv4;
	b. DHCP relay agente (IPv4).
	Cada CONTROLADORA deverá possuir fontes de alimentação redundantes instaladas para operar com tensões entre 100 a 240 Volts AC e 60Hz, garantindo a operação do sistema em caso de falha de uma das fontes.
31.	A substituição da fonte defeituosa da CONTROLADORA deverá ser feita com o equipamento em operação, ou seja, não poderá haver qualquer paralização do equipamento ou serviços quando da substituição de qualquer uma das fontes.
32.	A CONTROLADORA deverá suportar uma topologia redundante N+1, permitindo escalabilidade e alta disponibilidade.
33.	No caso de falha de uma CONTROLADORA ou empilhamento, todos os Pontos de Acesso vinculados a ela deverão ser automaticamente migrados para a CONTROLADORA alternativa.
34.	Para a topologia distribuída, a SOLUÇÃO deve estar preparada para garantir o funcionamento e operação dos ACCESS POINTS, mesmo em caso de falhas locais.
35.	Em caso de necessidade de utilização de mais de uma CONTROLADORA por localidade, as CONTROLADORAS deverão ser empilhadas em redes IP diferentes. Caso seja utilizada outro tipo de tecnologia de escalamento, o fornecedor deverá comprovar o funcionamento durante a homologação.
36.	Cada CONTROLADORA deve possuir, no mínimo 2 interfaces Ethernet de 1G e quatro interfaces de 25 G (exclusivas para tráfego) no padrão SFP+ ou XFP, que deverão ser fornecidas com os <i>Transceivers</i> SFP+ ou XFP ópticos no padrão 25GBASE-SR, com conector LC/PC Duplex.
37.	As CONTROLADORAS deverão atender aos seguintes requisitos:

38.	Conformidade com a RFC 3576/5176 ( <i>Change of Authorization</i> ).
39.	Conformidade com a RFC 3580 (IEEE 802.1X) e prover, no mínimo, os seguintes métodos:
	a. EAP-Transport Layer Security (EAP-TLS).;
	b. EAP-TTLS/MSCHAPv2;
	c. PEAPv0/EAP-MSCHAPv2.
40.	As CONTROLADORAS deverão ser integradas ao NAC CISCO ISE versão 3.3 P9 ou superior
41.	Deverá suportar a aplicação centralizada, em tempo de autenticação do usuário, de política de segurança de isolamento de hosts e filtros de acesso permitidos, a partir de um software de Controle de Acesso à Rede (NAC).
42.	Suportar a funcionalidade de redirecionamento URL e SSID.
43.	Implementar as funcionalidades de Autenticação, Autorização e <i>Accounting</i> (AAA) em servidor <i>Radius</i> (interno ou externo), suportando gerenciamento de direitos e políticas de segurança de sessão por usuário.
44.	Deverá suportar a funcionalidade de redirecionamento do usuário para autenticação centralizada via web através de um portal na Solução de Controle de Acesso (NAC)
45.	Permitir a instalação de certificado digital de terceiros.
46.	Possibilitar roaming com integridade de sessão, permitindo suporte às aplicações em tempo real, tais como VoIP e videoconferência.
47.	Deverá implementar roaming rápido, conforme padrão IEEE 802.11r, para os usuários autenticados por 802.1X, sem perda de sessão.
48.	Deverá implementar os protocolos 802.11k e 802.11v.
49.	Permitir a implementação do bloqueio da comunicação entre usuários em um mesmo SSID, permitindo o isolamento dos usuários.
50.	Deverá ser fornecido, com recursos instalados, para detecção de Pontos de Acesso invasores ( <i>Rogue AP</i> ).
51.	Deverá ser fornecido com recursos instalados para implementar mecanismos para detecção e localização de redes <i>ad-hoc</i> .
52.	Deverá possuir recursos para implementar uma interface de gerenciamento para todas as funcionalidades que existem localmente na CONTROLADORA, sendo que deverá possuir suporte a <i>Secure Shell Protocol</i> (SSH), <i>Secure HTTP</i> (HTTPS), via <i>browser</i> e SNMP.
53.	Deverá possuir recursos para implementar ajuste dinâmico de canais 802.11 para otimizar a cobertura de rede e mudar as condições RF baseada em <i>performance</i> .

54.	Deverá possuir recursos instalados para implementar detecção de interferência e reajuste dos parâmetros de RF evitando problemas de cobertura e <i>performance</i> .
55.	Deverá possuir recursos instalados para implementar balanceamento de carga de usuários de modo automático através de múltiplos pontos de acesso para otimizar a <i>performance</i> durante elevada utilização da rede.
56.	Deverá implementar mecanismos automáticos de gerenciamento de recursos de rádio, detectando áreas sem cobertura, indisponibilidades de pontos de acesso, e executando autoconfiguração, autocorreção e auto otimização.
57.	Deverá implementar mecanismo que ajusta, dinamicamente, a saída de potência dos ACCESS POINTS individualmente para acomodar as condições de alterações da rede, garantindo a <i>performance</i> e escalabilidade.
58.	Deverá implementar mecanismo que, no evento de falha de um ponto de acesso, o controlador ajuste automaticamente a potência dos pontos de acesso adjacentes, para dar cobertura de área onde o ponto de acesso que falhou estava provendo o sinal, função que poderá ser exercida pelo ACCESS POINT.
59.	Deverá permitir a configuração de contingência de todos os pontos de acesso, ou seja, no caso de falha de uma CONTROLADORA os pontos de acesso configurados serão conectados a gerência da CONTROLADORA de contingência.
60.	Permitir que os eventos sejam gravados remotamente utilizando <i>Syslog</i> .
61.	Permitir armazenamento de sua configuração em memória não volátil, podendo, numa queda e posterior restabelecimento da alimentação, voltar à operação normalmente na mesma configuração anterior à queda de alimentação.
62.	Implementar os padrões abertos de gerência de rede SNMPv2c ou superior, incluindo a geração de <i>traps</i> .
63.	Possuir suporte a MIB II, conforme RFC 1213.
64.	Possibilitar a obtenção da configuração lógica do equipamento através do protocolo SNMP ou outro método/protocolo de gerenciamento (HTTP, AMON, Netconf).
65.	Possibilitar a obtenção via SNMP (ou similar) de, no mínimo, informações de capacidade e desempenho da CPU, memória e portas.
66.	Deverá possibilitar a implementação de múltiplas VLAN para o mesmo SSID, conforme grupo de ACCESS POINTS.
67.	Com isto, espera-se configurar um grupo de ACCESS POINTS com uma VLAN e outro grupo de ACCESS POINTS com outra VLAN, ambos com o mesmo SSID.
68.	Deverá possibilitar a criação de múltiplos grupos de AP, cada qual com sua respectiva VLAN, com todos os grupos compartilhando o mesmo SSID.

69.	Suportar, no mínimo, a quantidade de VLAN especificada na Tabela 1 item 7.
70.	Implementar padrão WI-FI <i>Multimedia QoS (WMM)</i> da Wi-Fi Alliance para priorização de tráfego, suportando aplicações em tempo real, tais como <i>VoIP</i> e vídeo.
71.	Deverá ser acompanhado de todos os acessórios necessários para a operacionalização do equipamento com o melhor desempenho, tais como: softwares, cabos de console, cabos de energia elétrica, cabos de rede, conectores, adaptadores, documentação técnica e manuais, que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.
72.	O tráfego trocado entre a CONTROLADORA e os ACCESS POINTS poderá ser configurado para ser exclusivamente de controle e gerência do ambiente ou para permitir também o fluxo de dados.
73.	A autenticação deverá ser gerenciada pela CONTROLADORA de WLAN enquanto houver comunicação com o Ponto de Acesso.
74.	Deverá ser fornecida com a mais recente versão de hardware disponível na data da aquisição.
75.	Deverá ser fornecida com a mais recente versão de <i>firmware/software</i> , disponível na data da aquisição, instalada.
76.	Deverá permitir atualização do sistema operacional ou de módulos do sistema operacional sem causar impacto no tráfego e aos usuários da rede Wi-Fi.
77.	Deverá suportar tráfego de, no mínimo, 100 Gbps.
78.	Os licenciamentos deverão atender às quantidades especificadas na Tabela 1, item 7.
79.	<b>ACCESS POINT</b>
80.	Possuir certificado de conformidade técnica de produto do tipo Transceptor de Radiação Restrita, emitido pela ANATEL.
81.	Ter conformidade com a RFC 3580 (IEEE 802.1X).
82.	Deverá permitir o gerenciamento pela CONTROLADORA fornecida.
83.	Deverá ser do mesmo fabricante da CONTROLADORA.
84.	Permitir a instalação de certificado digital de terceiros.
85.	Possuir, no mínimo, uma porta Multi Gigabit Ethernet 100Mb/1G/2.5G/5G ( <i>full duplex</i> ) auto-negociável, com suporte a alimentação PoE+ IEEE 802.3at.



86.	Suportar alimentação via <i>Power over Ethernet Plus</i> PoE+ IEEE 802.3at , via interface de rede, cumprindo a performance especificada, calculados para o desempenho máximo do AP (transmissores e receptores), utilizando apenas uma porta ethernet do Switch de distribuição.
87.	Quando alimentado pela interface de rede, não deverá haver nenhuma perda de funcionalidade e/ou desempenho.
88.	Possuir estrutura que permita fixação do equipamento em teto e parede.
89.	Deverá possuir todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como:
	a. Softwares;
	b. Kits para fixação;
	c. Documentação técnica e manuais que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.
90.	Possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.
91.	Possuir certificação <i>Wi-Fi Alliance</i> , para operar nos padrões WiFi 4, WiFi 5, WiFi 6 e WiFi 7, assim como atender aos padrões do <i>Institute of Electrical and Electronic Engineers</i> - IEEE 802.11 a/g/n/ac (Wave 1 e Wave2) e 802.11ax/be.
92.	Para 802.11ax/be, o certificado da <i>Wi-Fi Alliance</i> deverá conter a certificação "DL OFDMA" e deverá ser apresentado durante a fase de homologação da SOLUÇÃO contemplada para o fornecimento.
93.	Permitir conexão simultânea de clientes nos padrões 802.11a/b/g/n/ac (Wave 1 e Wave2) e 802.11ax/be.
94.	Deverá suportar, no mínimo, 100 (cem) conexões simultâneas por ACCESS POINT, garantindo a qualidade de acesso e de navegação para equipamentos conectados.
95.	Suportar a pilha de protocolos TCP/IP.
96.	Suportar os protocolos IPv4 e IPv6 simultaneamente.

97.	Deve possuir certificação <i>WPA3 Personal e Enterprise</i> , de modo a manter a compatibilidade com os dispositivos que usarem os mais recentes padrões de segurança e deverá ser apresentado durante a fase de homologação da solução contemplada para o fornecimento.
98.	Deverá implementar funcionamento em modo gerenciado centralizado, para configuração de seus parâmetros WI-FI, gerenciamento das políticas de segurança, QoS, monitorização de RF (rádio frequência) e outras funcionalidades descritas nesta especificação.
99.	Deverá permitir conexão com a CONTROLADORA em nível 3 da camada OSI, inclusive em redes diferentes, separadas por comunicação WAN.
100.	Deverá permitir operação simultânea nos padrões IEEE 802.11b/g/n, na faixa de 2,4 GHz, e 802.11a/n/ac/ax, na faixa de 5 e 802.11be na faixa de 5 e 6 GHz, através de rádios independentes (dual rádio), com padrão de irradiação omnidirecional.
101.	Deverá implementar a tecnologia 802.11ax/be MU-MIMO ( <i>Multi-User, Multiple Input, Multiple Output e Multi-Link MRU</i> ).
102.	A solução de rede local sem fio deverá suportar nativamente a funcionalidade <i>Multi-Link Operation (MLO)</i> , conforme definido no padrão IEEE 802.11be (Wi-Fi 7), permitindo que estações compatíveis estabeleçam conexões simultâneas e coordenadas por múltiplas bandas de frequência.
103.	A funcionalidade MLO deverá ser compatível com arquitetura de controle centralizado, operando com controladoras WLAN on-premises e/ou gerenciamento em nuvem, conforme a arquitetura adotada pela CONTRATANTE.
104.	O Access Point Wi-Fi 7 deverá permitir que um mesmo cliente utilize mais de um link físico ao mesmo tempo (ex.: 5 GHz + 6 GHz), de forma transparente às aplicações.
105.	A funcionalidade MLO deverá operar de forma automática, sem necessidade de configuração específica no cliente, desde que este seja compatível.
106.	A solução deverá suportar agregação, balanceamento de carga e <i>failover</i> entre links, visando: <ul style="list-style-type: none"><li>• redução de latência;</li><li>• aumento de confiabilidade da conexão;</li><li>• continuidade de sessão em caso de degradação de um dos enlaces.</li></ul>

107.	O uso de MLO não deverá impactar negativamente clientes não compatíveis, permitindo convivência plena com dispositivos Wi-Fi 5, Wi-Fi 6 e Wi-Fi 6E.
108.	O sistema de controle e gerenciamento deverá permitir visualização do estado MLO, indicando, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• clientes conectados utilizando MLO;</li> <li>• bandas ativas por cliente;</li> <li>• estatísticas de desempenho por link.</li> </ul>
109.	Deverá possuir certificação <i>Wi-Fi Alliance</i> para operar nos padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax/be.
110.	Deverá implementar, no mínimo, para 2.4 GHz, MIMO (Multiple-Input and Multiple-Output) 2 fluxos espaciais, 2 fluxos espaciais para 5 GHz e 2 fluxos espaciais para 6GHz.
111.	Deve possuir antenas integradas com ganho de, no mínimo, 3.0 dBi para 2,4 GHz, 4.0 dBi para 5 e 6 GHz.
112.	Deve possuir potência de transmissão, por stream, de pelo menos 21 dBm em 2,4 GHz e 23 dBm em 5 e 6 GHz.
113.	Implementar as seguintes taxas de transmissão por canal:
	a. 802.11b : 1,2,5.5, 11Mbit/s;
	b. 802.11a/g : 6,9,12,18,24,36,48, 54Mbit/s;
	c. 802.11n : 6.5~600Mbit/s;
	d. 802.11ac wave2 : 6.5~1733.3Mbit/s;
	e. 802.11ax : 9~4800Mbit/s.
	f. 802.11be : 6400Mbit/s.
114.	Possuir sensibilidade de, no mínimo, -90 dBm a 1 Mbps/6 Mbps/MCSO para os padrões 802.11a/b/g/n/ac/ax
115.	Deve implementar a tecnologia IEEE 802.11ax/be com no mínimo os seguintes requisitos:
	a. <i>Uplink/downlink</i> OFDMA;
	b. <i>Target Wake Time</i> , para informar aos dispositivos clientes o momento para transmissão/recepção;
	c. Reuso de frequência ( <i>BSS coloring</i> );
	d. Canais de 20, 40, 80, 160 e 320 MHz;
	e. Agregação de Dados: A-MPDU (tx/rx), A-MSDU (tx/rx).
116.	Suporte a interface do padrão IEEE 802.3bz, com velocidades 100 Mbps,1Gbps, 2,5Gbps e 5Gbps ( <i>full duplex</i> ) em interfaces RJ45."

117.	Deverá implementar <i>High-Throughput</i> (HT): Canais de 20MHz, 40MHz para IEEE 802.11N e VHT20, VHT40, VHT80 e VHT160 para IEEE 802.11ac/ax e VHT320 para IEEE 802.11be.
118.	Deverá possuir <i>throughput</i> agregado de, no mínimo, 6.4 Gbps para o padrão 802.11be.
119.	Deverá permitir implementação de filtros para frequências indesejadas, para minimizar a interferência de redes celulares 3G/4Gx/5G - Serviço Móvel Pessoal (SMP) - Celular Coexistence ou similar.
120.	Deverá possuir rádio <i>Bluetooth Low Energy</i> (BLE) para aplicações de localização e IoT.
121.	Não deverá haver restrição de licenças à quantidade de usuários conectados simultaneamente no ACCESS POINT.
122.	Permitir a implementação de no mínimo 16 SSID's.
123.	Suportar o número de VLANs conforme Tabela 1, item 6.
124.	Permitir associação dinâmica de DISPOSITIVO MÓVEL à VLAN, com base nos parâmetros da etapa de autenticação.
125.	Suportar os seguintes protocolos:
	a. SNTP ou NTP em modo cliente, funcionalidade que pode ser exercida via CONTROLADORA;
	b. TFTP, SFTP ou FTP em modo cliente, funcionalidade que pode ser exercida via CONTROLADORA;
	c. DHCP em modo cliente.
126.	Deverá ser possível que o ACCESS POINT descubra a lista dos endereços IP dos elementos de gerência WLAN às quais pode se associar, utilizando informações contidas nos pacotes de DHCP.
127.	Caso a CONTROLADORA ao qual o ACCESS POINT está associado venha a falhar, o ACCESS POINT deverá ser capaz de se associar à CONTROLADORA alternativa.
128.	Possuir capacidade de envio de eventos para servidor de log externo. Aceita-se que esta funcionalidade seja implementada via CONTROLADORA.
129.	A Solução deverá prover capacidade de atualização de firmware dos ACCESS POINTS de forma remota.

130.	Permitir salvar e carregar configurações em arquivo, função que poderá ser exercida via CONTROLADORA.
	a. Implementar o protocolo CSMA/CA ( <i>Carrier Sense Multiple Access/Collision Avoidance</i> ) para acesso ao meio de transmissão.
	b. Compatibilidade com as modulações DSSS, OFDM e OFDMA.
	c. Deve suportar modulação 4096QAM.
	d. Permitir habilitar e desabilitar a divulgação do SSID.
	e. Implementar marcação de frames via IEEE 802.1p.
	f. Suporte a mudança dinâmica das taxas de operação.
131.	Deverá suportar detecção automática de interferências e realizar ajustes automáticos para otimização da cobertura do sinal. Aceita-se que esta funcionalidade seja implementada via CONTROLADORA.
132.	Implementar IEEE 802.11e e WMM ( <i>Wi-Fi Multimedia</i> ).
133.	Permitir autenticação através dos padrões IEEE 802.1x com o método EAP-TLS.
134.	Implementar os seguintes padrões de criptografia:
	a. WPA, WPA2 e WPA3 – IEEE 802.11i;
	b. AES GCMP 128/256 bits;
	c. Implementar IEEE 802.11w.
135.	Implementar mecanismo de minimização de tempo roaming, padrão IEEE 802.11r, de clientes autenticados via 802.1x entre dois ACCESS POINTS no mesmo segmento de rede ou segmentos distintos, podendo ser implementado via CONTROLADORA.
136.	Possuir funcionalidade de detecção de ACCESS POINTS irregulares ( <i>Rogue ACCESS POINT</i> ), podendo ser implementado via CONTROLADORA.
137.	Implementar a arquitetura AAA ( <i>Authentication, Authorization e Accounting</i> ) para os clientes da rede sem fio, funcionalidade que pode ser exercida via CONTROLADORA.
138.	Permitir o bloqueio da configuração do ACCESS POINT via rede Wi-Fi, podendo ser implementado via CONTROLADORA.

139.	Implementar filtros baseados em protocolos. Aceita-se que esta funcionalidade seja implementada via CONTROLADORA.
140.	Implementar filtros baseado em endereços MAC. Aceita-se que esta funcionalidade seja implementada via CONTROLADORA.
141.	Suportar capacidade de tunelamento para rede de visitantes.
142.	Possuir compatibilidade com os seguintes protocolos de gerenciamento:
	a. SNMPv2 ou superior;
	b. HTTPS;
	c. Syslog: Aceita-se que o Syslog seja implementado via CONTROLADORA.
143.	Possuir suporte a MIB II, conforme RFC 1213.
144.	Permitir as seguintes configurações via CONTROLADORA:
	a. Potência de Transmissão;
	b. Canal de Transmissão;
	c. Divulgação ou inibição do SSID (SSID broadcast);
	d. Filtros de endereços MAC através de lista de acesso (ACLs);
	e. Bloqueio de comunicação entre clientes sem fio através do Ponto de Acesso.
145.	Possuir porta para gerenciamento e configuração via linha de comando CLI - <i>Command Line Interface</i> , com conector RJ-45 e permitir que seja realizado o gerenciamento e configuração via CONTROLADORA.
146.	Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento via rede TCP/IP.
147.	Deverá ser acompanhado de todos os acessórios necessários para sua operacionalização.
148.	Deverá implementar funcionalidade que permita o redirecionamento automático de clientes que suportem as faixas de frequência de 2.4 GHz e 5 e 6 GHz ( <i>dual-band</i> ) para a faixa de 5 e 6 GHz, automaticamente, permitindo melhor aproveitamento do espectro e proporcionando melhoria de desempenho.
149.	Deverá ser fornecido com a mais recente versão de hardware disponível na data da aquisição.

150.	Deverá ser fornecido com a mais recente versão de <i>firmware</i> , disponível na data da aquisição, instalada.
------	---

151.	<b>SOLUÇÃO DE GERÊNCIA</b>
152.	Deverão ser fornecidos como software, <i>software</i> ou <i>hardware appliance</i> , incluindo todos os insumos que compõem a SOLUÇÃO.
153.	Serão permitidos o uso de um ou mais softwares para o funcionamento dos recursos da SOLUÇÃO, desde que seja do mesmo fabricante.
154.	Quando fornecido como software ou <i>software appliance</i> , deverá ser fornecido em conjunto com os servidores para executar as aplicações:
	a. Possuir servidores redundantes;
	b. Cada servidor deverá ser instalável em rack padrão de 19" e ocupar até 2 U;
	c. Possuir capacidade de armazenamento, memória e processamento suficientes para atendimento às funcionalidades exigidas neste edital;
	d. Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces de rede 10/100/1000 IEEE 802.3ab e mínimo, 02 (duas) interfaces 25 Gigabit Ethernet no padrão SFP+ ou XFP que deverão ser fornecidas com os <i>Transceivers</i> SFP+ ou XFP ópticos no padrão 25GBASE-SR, com conector LC/PC Dual;
	e. Possuir fontes alimentação redundantes instaladas para operar com tensões entre 100 a 240 Volts AC e 60Hz.
155.	Os serviços necessários para funcionamento da SOLUÇÃO devem estar inclusos no licenciamento.
156.	Deve utilizar os ACCESS POINTS como sensores de RF para fazer a monitoração <i>full time</i> do ambiente <i>wireless</i> .
157.	Implementar mecanismos para detecção, localização e bloqueio de ACCESS POINTS não autorizados e redes <i>ad-hoc</i> .
158.	Deverá fazer o rastreamento e localização física dos ACCESS POINTS não autorizados (rogues) utilizando triangulação por RF.
159.	O licenciamento será de uso permanente, e mesmo em caso de o prazo de subscrição encerrar, a SOLUÇÃO deve continuar a funcionar sem nenhuma interrupção no serviço.
160.	Gerenciar todos os elementos da SOLUÇÃO.
161.	Permitir a visualização de alertas da rede em tempo real.
162.	Permitir a visualização de eventuais áreas sem cobertura de RF.



163.	Realizar o inventário de hardware, de versões do sistema operacional e de configurações gravadas em cada equipamento.
164.	Deverá suportar visibilidade de monitoramento por topologia baseada em regiões geográficas, seja por meio da CONTROLADORA ou por software.
165.	Deverá permitir a exibir informações sobre a topologia de rede e permitir a visualização do tráfego e desempenho dos dispositivos.
166.	Deverá suportar diagnóstico do link na visualização da topologia para localização rápida de falhas, seja por meio da CONTROLADORA ou por software.
167.	Deverá suportar monitoramento do índice de contagem de perda de pacotes IP em um dispositivo móvel ou retransmissão de frames em um dispositivo móvel e exibir as estatísticas na ferramenta.
168.	Deverá suportar monitoramento em tempo real sobre os alarmes de todos os dispositivos da rede.
169.	Deve monitorar as requisições de associação, autenticação dos clientes wireless e reportar o tempo de resposta e o índice de falhas para cada um destes serviços.
170.	Deverá permitir o gerenciamento e atualização remota do sistema operacional dos equipamentos da SOLUÇÃO.
171.	Deverá permitir a configuração e gerenciamento através de <i>browser</i> padrão (http ou https).
172.	Deverá permitir realizar remotamente o backup de configurações de todos os equipamentos da SOLUÇÃO e permitir reverter à última versão de configuração salva.
173.	Deverá permitir o cadastramento de visitantes, por meio de acesso web, com publicação de página para os supervisores/operadores, com no mínimo os seguintes níveis de acesso:
	Administrador: usuário que pode criar contas de supervisor e que possui recursos para a gestão de usuários visitantes.
	Supervisor: usuário que pode criar contas dos usuários visitantes.
	Cadastramento: usuário que pode criar contas de usuários.
174.	Permitir o cadastramento de acesso temporário com retirada da autorização por tempo programado.
175.	Deverá exportar ou enviar através de SMS ou e-mail a notificação da criação da conta.
176.	Deverá permitir a criação de um usuário especial para gerenciamento de usuários visitantes temporários.
177.	Deverá implementar portal WEB (W3C) para cadastramento e autenticação de usuários visitantes.
178.	A criação de usuários visitantes deverá possibilitar no mínimo, o cadastramento dos seguintes parâmetros:
	Nome de usuário;
	CPF;
	Data de nascimento.
179.	Deverá suportar a customização de portal de autenticação.

180.	Permitir a validação de credencial do usuário visitante em meio externo à solução
181.	A SOLUÇÃO deverá possuir recursos para implementação de políticas de uso, por perfil, incluindo:
	Tipo do perfil;
	Permitir a configuração de duração de acesso para utilização do visitante;
	Tempo de sessão.
182.	Suportar autorização com base em ACLs, VLANs, grupos de usuários e grupos de segurança.
183.	Monitorar o desempenho da rede WI-FI, consolidando informações de rede tais como:
	Níveis de ruído;
	Relação sinal-ruído;
	Interferência;
	Potência de sinal.
184.	Possibilitar a importação de plantas baixas em pelo menos um dos formatos gráficos: dwg, dxf, dxb, dwf, jpg, gif, bmp ou png.
185.	Possuir capacidade de geração de relatórios ou visualização em tela contendo as seguintes informações:
	✓ Listagem de clientes WI-F;
	✓ Listagem de ACCESS POINTS;
	✓ Informações de Configuração dos Controladores WLAN;
	✓ Utilização da rede;
	✓ Detalhes dos ACCESS POINTS não autorizados (rogues) detectados.
186.	Possuir capacidade de listagem on-line da associação do usuário ao AP, endereço IP, endereço MAC, nível de potência de recepção, autenticação 802.1x, seja por meio da Controladora ou por software.
187.	Possuir capacidade de identificação e listagem dos rádios vizinhos e respectivos SSID/BSSID que podem ser percebidos por cada ACCESS POINT.
188.	Possuir capacidade de configuração gráfica de todos os elementos da WLAN.
189.	Possuir ferramentas de debug e log de eventos para depuração e gerenciamento em primeiro nível.
190.	Implementar os padrões abertos de gerência de rede SNMPv2c ou superior, incluindo a geração de <i>traps</i> .
191.	Possibilitar a obtenção de informações em MIB do equipamento através do protocolo <i>SNMP</i> .
192.	Permitir a administração centralizada dos ACCESS POINTS sem a necessidade de configurá-los individualmente.
193.	Possibilitar a gerência e identificação individualizada de cada ACCESS POINT remoto.
194.	Permitir a localização de eventos tais como: interferências, detecção de invasores e redes <i>ad-hoc</i>

195.	Deverá ser fornecida com a mais recente versão de hardware disponível na data da aquisição.
196.	Deverá ser fornecida com a mais recente versão de Firmware/Software, disponível na data da aquisição, instalada.

197.	<b>FERRAMENTA DE SITE SURVEY</b>	
<b>ITEM</b>	<b>REQUISITO TÉCNICO</b>	<b>ANÁLISE DE AMOSTRA</b>
198.	<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>	
199.	A ferramenta de Site Survey deverá fazer uma análise minuciosa do ambiente CAIXA com o objetivo de identificar as características da infraestrutura de rede WiFi a ser instalada e avaliar barreiras que geram áreas de sombras e interferências no sinal.	DOC
200.	Deverá ser fornecida o instrumento principal de medição ou módulo específico (hardware) para execução das funcionalidades principais, assim como os demais equipamentos (notebook, Tablet etc.) e acessórios necessários (cabos, conectores, antenas etc.) para compor a Ferramenta de Site Survey.	DOC
201.	A plataforma fornecida deverá estar dimensionada de forma a executar a ferramenta de forma fluida e sem travamentos (memória, processamento, armazenamento etc.);	DOC+LAB
202.	Deverá ser fornecida com todas as licenças necessárias para execução da ferramenta, tais como Sistema Operacional etc.;	DOC
203.	Todas as licenças deverão ser vitalícias (não devem expirar após fim do Contrato);	DOC
204.	Deverá permitir mobilidade (alimentação por bateria recarregável);	DOC+LAB
205.	Deverá possuir certificação Anatel e, caso necessário, deverá passar por aferições periódicas, conforme determinações dos órgãos competentes.	DOC
206.	<b>CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS</b>	
207.	Deverá realizar coleta de dados.	DOC+LAB
208.	Deverá realizar pesquisas passivas, ativas e preditivas.	DOC+LAB
209.	Deverá calcular a quantidade de Access Points com base na área de cobertura, quantidade de clientes e taxa de transmissão.	DOC+LAB
210.	Analisar e dimensionar a área de cobertura.	DOC+LAB
211.	Identificar a qualidade de sinal necessária para o bom funcionamento da rede.	DOC+LAB
212.	Identificar equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da rede.	DOC+LAB

213.	Mapear a quantidade de pontos de acesso.	DOC+LAB
214.	Verificar o nível de segurança exigida especificamente para essa rede.	DOC+LAB
215.	Identificar possíveis fontes de interferências e o planejamento da frequência e da banda a ser utilizada.	DOC+LAB

**216. DIMENSIONAMENTO E CAPACIDADE**

217. A SOLUÇÃO deverá ser fornecida com todas as licenças necessárias para o atendimento do solicitado neste edital e anexos, resumidos na Tabela 1:

CAPACIDADE			
ITEM	RECURSO	MÍNIMA INICIAL	MÍNIMO FINAL
1	Capacidade de AP ( <i>Access Points</i> ) suportada por cada controladora.	10.000	-
2	Dispositivos ( <i>endpoints</i> ) conectados e gerenciados, simultaneamente, pela solução.	70.000	200.000
3	Dispositivos ( <i>endpoints</i> ) para visitantes, conectados e gerenciados, simultaneamente, pela solução.	30.000	60.000
4	VLAN por Controladora	128	4.096
5	Dispositivos / <i>Access Point</i>	13.715	20.000
6	VLAN por <i>Access Point</i>	16	-

*Tabela 1 – Dimensionamento*

**ANEXO I-B – FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO****1. FASES DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO**

1.1. As fases de execução encontram-se especificadas na Tabela I.

EXECUÇÃO (Em dias)	15	30	45	60	75	90	120	150	180	210	240	270	300	360
Assinatura do Contrato														
Reunião Inaugural e Apresentações	X													
Entrega do Plano de Trabalho		X												
Vistoria Técnica (Site Survey)			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Entrega do Projeto Executivo				X	X	X	X	X						
Entrega dos Equipamentos				X	X	X								
Implantação - Controladora				X	X	X	X	X						
Implantação dos Access Points						X	X	X	X	X	X	X	X	X
Teste do Piloto da SOLUÇÃO completa					X	X								
Emissão de Termos de Aceitação								X	X	X	X	X	X	X
Integração do sistema de controle de chamados da CONTRATADA ao sistema da CAIXA				X	X	X	X	X	X					

Tabela 1: Fases de Implantação

**2. ASSINATURA DO CONTRATO**

2.1. Compreende o período para assinatura do contrato entre a CAIXA e a CONTRATADA, após a realização dos processos previstos pela licitação.

**3. REUNIÃO INAUGURAL E APRESENTAÇÕES**

3.1. Compreende a reunião inicial (Kickoff), em Brasília - DF, entre a CONTRATADA e a CAIXA para apresentação geral da empresa e da SOLUÇÃO, apresentação dos principais profissionais envolvidos, definição dos fluxos operacionais e planejamento das ações necessárias às próximas fases do processo.

3.2. A reunião acontecerá nas dependências da CAIXA com a presença do Responsável pela Empresa, do Gerente de Projetos da CONTRATADA, designado à implantação, e Especialista da SOLUÇÃO.

3.3. Esta reunião se dará após a realização da homologação da SOLUÇÃO ofertada, e consequente assinatura do contrato.

**4. ENTREGA DO PLANO DE TRABALHO**

- 4.1. A CONTRATADA deverá detalhar o método de trabalho que será adotado e esclarecer, no mínimo, os seguintes tópicos:
  - 4.1.1. Apresentação da equipe que irá prestar os serviços, assim como as suas funções, atividades, responsabilidades, níveis de conhecimento e qualificações.
  - 4.1.2. As informações de contato da CONTRATADA, em conformidade com o exposto neste documento.
  - 4.1.3. Planejamento da entrega e instalação.
- 4.2. O Plano de Trabalho, após aprovação da CAIXA, poderá ser revisado sempre que as partes considerarem pertinente.
- 4.3. Após revisão do plano, a CAIXA encaminhará à CONTRATADA, as informações referentes às Unidades de Tecnologia da CAIXA envolvidas na implantação da SOLUÇÃO, juntamente com os respectivos nomes e contatos dos responsáveis da CAIXA para a condução dos serviços.

## **5. PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÃO**

- 5.1. A CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica dos ambientes, onde serão instalados os componentes da SOLUÇÃO para verificação dos locais para instalação dos Access Points.
- 5.2. A CONTRATADA deverá elaborar um relatório preliminar para apresentação à CAIXA.
- 5.3. Compreende responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a realização de estudo de campo (Site Survey).
  - 5.3.1. A CAIXA providenciará as autorizações de acesso necessárias para os empregados da CONTRATADA para a realização dos trabalhos.
- 5.4. Deverá ser entregue à CAIXA, ao final desta fase, o relatório preliminar da topologia da SOLUÇÃO, o qual deverá conter no mínimo, os resultados dos levantamentos efetuados e os pontos de atenção para a instalação dos equipamentos.
- 5.5. Deverão ser consideradas, além das visitas já previstas na fase de implantação inicial, outras eventuais visitas para avaliação ou correções a serem efetuadas no ambiente.
- 5.6. Os relatórios provenientes da realização do estudo Site Survey deverão compor o Projeto Executivo.
- 5.7. Deverá ser entregue nesta fase o Projeto Executivo de Instalação, o qual deverá compreender no mínimo:
  - 5.7.1. Definição do local de instalação e locação dos equipamentos (AP), em planta baixa, para os diversos andares dos prédios administrativos.
  - 5.7.2. Projeto topológico de conectividade física com a rede LAN.

- 5.7.3. Critérios de segurança e criação de VLAN.
- 5.7.4. Configuração da CONTROLADORA.
- 5.7.5. Configuração dos AP e SW.
- 5.7.6. Cronograma detalhado da instalação.
- 5.8. A CONTRATADA terá um prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, após a realização da vistoria, para a entrega do projeto daquela Unidade à CAIXA.
- 5.8.1. O projeto entregue será avaliado pela CAIXA para fins de aprovação e início da instalação.

## **6. APOIO À IMPLANTAÇÃO**

- 6.1. Consiste na execução de todos os serviços necessários para apoiar a implantação do software/SOLUÇÃO em conjunto com as equipes da CAIXA, atendendo aos requisitos de integração e de segurança com o ambiente operacional estipulado, de modo a garantir o seu pleno funcionamento contemplando os seguintes itens:
  - a. Desenvolver arquitetura e topologia da SOLUÇÃO;
  - b. Elaborar projeto executivo com detalhamento do plano de implantação;
  - c. Entregar projeto executivo, em língua portuguesa, nos formatos alto nível (HLD, High Level Design) e baixo nível (LLD, Low Level Design);
  - d. Executar a implantação da SOLUÇÃO;
  - e. Auxiliar na elaboração das políticas de acesso à rede;
  - f. Auxiliar na implementação de posturas para acesso à rede;
  - g. Definir cronograma de implantação;
  - h. Realizar testes de escalabilidade;
  - i. Realizar integração entre soluções;
  - j. Personalizar a SOLUÇÃO para os leiautes e padrões da CAIXA;
  - k. Resolver problemas e realizar implantações específicas;
  - l. Suportar presencialmente o início das operações;
  - m. Homologar a SOLUÇÃO ao padrão tecnológico da CAIXA;
  - n. Criar templates e carga das configurações;
  - o. Participar de reuniões periódicas para discutir as atividades do período
  - p. Acompanhar executar as atividades de implantação que programadas para acontecerem em janelas definidas pela CAIXA;
  - q. Realizar repasse de conhecimento sobre as ações executadas, documentar e disponibilizar em formato de relatório para a CAIXA.
- 6.2. A implementação da SOLUÇÃO será realizada presencialmente com a participação do FABRICANTE do produto, além da empresa CONTRATADA, nos dois primeiros lotes, com a participação de técnicos certificados na SOLUÇÃO.
- 6.3. Os serviços acima descritos deverão ser executados em Brasília/DF e/ou nos endereços informados pela CAIXA conforme descrito no Anexo I-C.

## **7. ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**



- 7.1. Os equipamentos deverão ser entregues mediante as Ordens de Serviço emitidas pela CAIXA, nos endereços de entrega especificados no Anexo I-C.
- 7.1.1. Os endereços poderão sofrer alterações que serão devidamente especificadas nas Ordens de Serviços devendo-se considerar os mesmos municípios presentes no Anexo I-C.
- 7.2. Essa entregas deverão ocorrer entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato e em conformidade com o cronograma planejado.
- 7.3. Pelos atrasos na entrega dos equipamentos, a CONTRATADA arcará com o desconto de 0,5% do valor do equipamento envolvido por dia de atraso.

## **8. IMPLANTAÇÃO DA CONTROLADORA E ACCESS POINTS.**

- 8.1. A implantação da Controladora e Access Points da SOLUÇÃO, bem como a completa integração com a solução de Gerência existente, será realizada, de acordo com o cronograma definido neste Termo de Referência de forma a permitir o teste do piloto, nas agências definidas pela CAIXA.
- 8.2. A solução contratada deverá ser compatível com a solução de Gerência H3C Intelligent Management Platform - iMC PLAT 7.3.
- 8.3. Para as agências instaladas, deverão ser realizados os testes funcionais da SOLUÇÃO, com a verificação do funcionamento e requisitos da controladora, serviços de gerência, e demais itens, conforme planilha de teste a ser elaborada pela CONTRATADA, com base nos requisitos definidos pelo Edital, para fins de ATESTE.
- 8.4. Para as demais unidades serão efetuados os testes funcionais com a emissão do Teste de Aceitação, por prédio.
- 8.5. Pelos atrasos na implantação da solução, a CONTRATADA arcará com o desconto de 1% do valor do equipamento envolvido por dia de atraso.

## **9. TESTE DO PILOTO**

- 9.1. A implantação do piloto para elaboração e validação das configurações e necessidades da CAIXA será executada em Brasília/DF.

## **10. EMISSÃO DO TERMO DE ACEITAÇÃO**

- 10.1. A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DA SOLUÇÃO será efetuada pela CAIXA, após a realização dos testes, com sucesso, do Piloto.
- 10.2. Para cada instalação nos prédios administrativos, será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO DA INSTALAÇÃO.

## **11. DOCUMENTAÇÃO**

- 11.1. Deverá ser fornecida documentação técnica dos produtos e serviços, a qual poderá ser utilizada para futuras reproduções pela CAIXA, sem objetivos comerciais.
- 11.2. A documentação deverá compreender, no mínimo:
  - 11.2.1. Manuais de operação da SOLUÇÃO;
  - 11.2.2. Manual de instalação da SOLUÇÃO;
  - 11.2.3. Manual de manutenção, configuração e suporte da SOLUÇÃO;
- 11.3. A documentação utilizada no treinamento deverá ser fornecida em meio eletrônico, para reprodução.
- 12. DOS SERVIÇOS DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS PRODUTOS**
  - 12.1. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes serviços de entrega, instalação e configuração dos equipamentos, componentes ou soluções deste edital visando sua operacionalidade total:
    - 12.1.1. Fornecimento de Check-List para conferência do equipamento/componente/SOLUÇÃO entregue, contendo todos os itens especificados na proposta comercial e seus respectivos números de série;
    - 12.1.2. Projeto executivo com a proposta de configuração e customização do equipamento/componente/SOLUÇÃO.
    - 12.1.3. Topologia da rede para atendimento as agências.
    - 12.1.4. Configuração física e lógica das Controladoras e autenticação, VLANs.
    - 12.1.5. Topologia de rede das agências e SOLUÇÃO Wi-Fi.
    - 12.1.6. Localização física para instalação dos Access Points.
    - 12.1.7. Retirar o equipamento/componente das embalagens, movimentar para o local da instalação e instalar;
    - 12.1.8. Cabeamento do equipamento;
    - 12.1.9. Energização do equipamento;
    - 12.1.10. Configuração inicial do equipamento/SOLUÇÃO de acordo com o projeto executivo;
    - 12.1.11. Atualização/instalação dos softwares que compõem a SOLUÇÃO.
  - 12.2. A CAIXA se responsabilizará pela retirada da SOLUÇÃO Wi-Fi existente para a instalação da SOLUÇÃO a ser fornecida.
  - 12.3. Caso sejam necessários testes após o processo de abertura da embalagem do equipamento, a CONTRATADA fica obrigada a realizar os testes em local

- definido pela CAIXA, realizando os testes: desmontando, transportando e reinstalando o equipamento.
- 12.4. A CONTRATADA fica obrigada, mediante solicitação da CAIXA, a certificar todas as condições físicas (elétricas e ambientais) da sala que a instalação dos equipamentos adquiridos for realizada, conforme padrões estabelecidos pelos fabricantes.
- 12.5. A CONTRATADA deverá informar o tipo das tomadas elétricas dos equipamentos para a CAIXA efetuar a adequação dos pontos de alimentação elétrica.
- 12.6. É de responsabilidade da CONTRATADA instalar, configurar, formatar e customizar (visando a melhor performance possível) a SOLUÇÃO (hardware e software), com o acompanhamento da equipe técnica da CAIXA.
- 12.7. A CONTRATADA deve possuir e informar página da Internet na qual estejam disponíveis drivers atualizados, últimas versões de firmware e demais informações sobre detalhes técnicos dos equipamentos, sem restrições de acesso público ou acesso via cadastramento de pessoas autorizadas pela CONTRATANTE.
- 12.8. A CONTRATADA deverá realizar ações preventivas nos equipamentos, pelo menos a cada 6 (seis) meses, de acordo com o cronograma a ser elaborado pela CONTRATADA e ratificado pela CAIXA, durante todo o período de garantia dos equipamentos objeto deste edital.
- 12.8.1. A ação preventiva de hardware compreende a verificação das partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, testes, substituição de peças gastas ou defeituosas, observado o disposto nos manuais técnicos emitidos pelo fabricante dos equipamentos.
- 12.8.2. A ação preventiva de software compreende a verificação das configurações, verificando a existência de divergências em relação as melhores práticas do fornecedor, avaliação do histórico de problemas do ambiente, buscando prevenir problemas similares e identificar vícios de hardware/software ou problemas relacionados à configuração.
- 12.8.3. As ações preventivas nos itens anteriores são exemplificativas e não representam todo o escopo de atuação da CONTRATADA.
- 12.9. A CONTRATADA deverá manter a CAIXA informada das versões/atualizações, correções (patches) e vulnerabilidades dos produtos, contemplando inclusive todos os sistemas operacionais.
- 12.10. A CONTRATADA deverá gerar um relatório mensal que deverá ser entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, contemplando todas as atualizações, versões e correções (patches) disponibilizados no mês anterior.
- 12.11. A CONTRATADA deverá fornecer novas versões/atualizações, por meio eletrônico e no site do FABRICANTE, dos produtos constantes neste edital sem

qualquer custo adicional à CAIXA visando garantia da compatibilidade binária e operacional destes softwares com os equipamentos adquiridos.

#### **12.12. INVENTÁRIO**

- 12.12.1. A CONTRATADA deverá apoiar o processo de controle dos ativos fornecidos no âmbito da contratação, mediante disponibilização das informações necessárias à identificação dos equipamentos, incluindo, no mínimo, modelo, número de série, endereço MAC (quando aplicável), local de instalação e demais dados técnicos relevantes.
- 12.12.2. Quando solicitado pela CAIXA, a CONTRATADA deverá realizar a fixação de etiquetas de identificação patrimonial nos equipamentos fornecidos, conforme padrão e orientações definidas pela CAIXA, durante o processo de instalação ou em momento posterior, sem ônus adicional.
- 12.12.3. A responsabilidade pela gestão patrimonial, registro contábil e controle dos bens permanecerá a cargo da CAIXA, cabendo à CONTRATADA apenas o suporte operacional necessário para viabilizar a rastreabilidade e correta identificação dos ativos implantados.

#### **13. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

- 13.1. Os equipamentos/componentes devem ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação, não sendo aceitos equipamentos/componentes usados, remanufaturados ou de demonstração.
- 13.2. Após a entrega dos equipamentos a CAIXA efetuará, em conjunto com a CONTRATADA, a conferência dos volumes entregues de acordo com o check list apresentado e efetuará a emissão do termo de aceite de entrega dos equipamentos.
- 13.3. Caso não ocorra o aceite de entrega, a CAIXA encaminhará à CONTRATADA a motivação da não emissão do aceite, concedendo um prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os problemas apontados na referida motivação sejam solucionados.
  - 13.3.1. Findo esse prazo, a CAIXA aplicará as sanções previstas neste edital.
  - 13.3.2. Constatando-se defeitos, e/ou quaisquer falhas nos materiais, que prejudiquem a sua utilização, a CAIXA poderá colocar parte ou a totalidade do material defeituoso à disposição da CONTRATADA, para que seja substituído no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos a partir da data de solicitação pela CAIXA, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os ônus decorrentes da retirada e reposição, o que não a exime das sanções previstas em Lei.
- 13.4. Quando da entrega dos equipamentos, mediante solicitação da CONTRATADA e aceite por parte da CAIXA, poderão ser aceitos equipamentos tecnologicamente superiores aos avaliados na proposta técnica, desde que não acarretem ônus adicional para CAIXA.

13.5. A CAIXA poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante a qualquer tempo, informando a data de compra.

13.6. Todos os equipamentos devem ser entregues em caixas lacradas pelo fabricante.

#### **14. IMPLANTAÇÃO**

14.1. Após efetiva entrega dos equipamentos, nos locais indicados pela CAIXA, conforme o cronograma de entrega e instalação, os equipamentos deverão ser instalados e configurados nos ambientes indicados pela CAIXA.

14.2. Compreendem os serviços pertinentes à implantação:

- Instalação;
- Configuração;
- Testes;
- Ativação.

14.3. Durante a fase de implantação, a CONTRATADA deverá alocar um Gerente de Projeto, que ficará responsável por planejar, coordenar a equipe de técnicos e gerentes de projeto da CONTRATADA e implantar os serviços nas unidades, podendo este, considerado temporariamente, para todos os efeitos, o Preposto da CONTRATADA, sendo responsável por todo o relacionamento com a Equipe da CAIXA, durante o período de implantação.

14.3.1. Além disso, anterior à fase de implantação, a CONTRATADA deverá disponibilizar um Gerente de Projeto presencial para cada uma das oito Unidades de TI da CAIXA, com o objetivo de realização de todas as ações citadas anteriormente para as instalações que ocorrerão em cada uma das regiões atendidas pelas citadas equipes.

Localidade	CGC	CNPJ	Endereço	Bairro	Cidade	CEP
CIAUS-MN	7458	00.360.305/5635-08	Rua Ramos Ferreira n.º 596 6.º andar	Centro	Manaus	69.010-903
CIAUS-BH	7435	00.360.305/4271-67	Avenida do Contorno n.º 8256 5.º andar	Gutierrez	Belo Horizonte	30.110-062
CIAUS-BR	7436	00.360.305/4999-07	SAUS Quadra 3 Bloco C/E 10.º andar, Ala Norte, Matriz II	Asa Sul	Brasília	70.070-030
CIAUS-GO	7875	00.360.305/4258-90	Rua 11 n.º 250 4.º andar, ED SEDE CAIXA	Setor Central	Goiânia	74.015-170
CIAUS-PO	7876	00.360.305/4427-19	Rua Sete de Setembro n.º 1001 4.º andar	Centro Histórico	Porto Alegre	90.010-191
CIAUS-RE	7466	00.360.305/4862-52	Rua Vinte e Quatro de Agosto n.º 211	Santo Amaro	Recife	50.040-190
CIAUS-RJ	7469	00.360.305/5071-95	Rua das Marrecas n.º 20 Torre 2 4.º andar	Centro	Rio de Janeiro	20.031-120
CIAUS-SP	7877	00.360.305/4903-65	Largo da Concordia n.º 211 1.º andar	Brás	São Paulo	03.012-010

14.4. Quaisquer serviços pertinentes à ativação dos equipamentos poderão ser realizados em qualquer dia/horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados, além do período noturno, se assim determinado pela CAIXA, conforme Cronograma de Instalação, sem qualquer custo adicional.

14.5. A implantação será concluída após a ativação de cada fase, com a SOLUÇÃO em perfeito funcionamento em ambiente de produção, conforme cronograma de Entrega e Instalação.

#### **15. INSTALAÇÃO**

15.1. Entende-se por instalação a realização das seguintes atividades:

- 15.1.1. Desembalagem dos equipamentos;
- 15.1.2. Colagem de etiqueta de patrimônio da CAIXA nos equipamentos;
- 15.1.3. Energização dos equipamentos;
- 15.1.4. Implantação em rack;
- 15.1.5. Conexão com a rede da CAIXA;
- 15.1.6. Identificação de todos os cabos conectados;
- 15.1.7. Configuração de todos os equipamentos;
- 15.1.8. Realização dos testes de funcionamento.
- 15.2. Os serviços de instalação deverão ser executados e supervisionados por Técnicos Certificados pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos.
- 15.3. A CONTRATADA deverá realizar a instalação dos equipamentos no parque da CAIXA, de acordo com o Plano de Trabalho.
- 15.4. Os Access Points serão instalados nas localidades indicadas no Anexo I-C - Relação de Endereços de Entrega e Instalação.
- 15.5. Constatada a ocorrência de divergência na especificação técnica, falhas de componentes dos equipamentos ou defeitos de operação, durante sua instalação e teste, fica a CONTRATADA, obrigada a providenciar a sua correção, ou, a critério da CAIXA, a substituição do equipamento, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação da ocorrência pela CAIXA.
- 15.6. É de responsabilidade da CONTRATADA, o transporte dos equipamentos, entregues pela CONTRATADA, nos locais indicados no Anexo I-C - Relação de Endereços de Entrega e Instalação.
- 15.7. Quando houver necessidade de remanejamento e novas instalações, de acordo com cronograma estipulado no Projeto Executivo de Instalação, o transporte será efetuado pela CAIXA.
- 15.8. Caso haja a necessidade de adequação do ambiente CAIXA, disponibilizado para instalação dos equipamentos de infraestrutura da CONTRATADA, os prazos da CONTRATADA poderão ser dilatados proporcionalmente, se assim necessário.
- 15.9. O provimento dos pontos lógicos (dados) e de energia elétrica, porta lógica com PoE+, para alimentação dos AP's, será realizado pela CAIXA.
- 15.9.1. A CONTRATADA tem a obrigação de avaliar o melhor posicionamento dos AP levando em consideração, além das questões técnicas referentes ao survey (Sinais RF e interferências), os ajustes de alvenaria necessários visando atender aos padrões estéticos das agências, o menor custo de obras civis a serem implementados pela CAIXA, e as melhores práticas de segurança física.



- 15.10. Após a conclusão da instalação, será efetuado o teste e emitido o termo de aceite da instalação da SOLUÇÃO.
- 15.11. O prazo máximo para emissão do termo de aceite é de 20 (vinte) dias úteis após a entrega das funcionalidades totalmente instaladas (com todos os itens especificados neste termo de referência atendidos).
- 15.12. Caso a CAIXA ache necessário, poderá solicitar ao fornecedor que demonstre algumas ou todas as funcionalidades instaladas, sendo que o tempo necessário para esta validação não será contabilizado no prazo indicado no item anterior.
- 15.13. As funcionalidades serão aferidas através da console do produto, interface gráfica, interface por linha de comando, inspeção física, ou demonstração das funcionalidades instaladas, devendo qualquer discrepância ser esclarecida de forma clara e inequívoca.

## **16. DO LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS PRODUTOS**

- 16.1. Os access points deverão ser entregues e instalados nas agências da CAIXA, especificadas no ANEXO I-C – Endereços de Entrega e Instalação.
- 16.2. As controladoras deverão ser entregues e instaladas nos Datacenters da CAIXA nos endereços especificados no ANEXO I-C - Endereços de Entrega e Instalação.

## **17. CONFIGURAÇÕES E TESTES**

- 17.1. A CONTRATADA deverá realizar o Site Survey de validação pós-instalação, apresentando relatório demonstrativo garantindo que a rede Wi-Fi está funcionando no nível em que foi apresentada no Projeto de Instalação.
- 17.2. Serão realizados testes pela Equipe Técnica da CAIXA de todos os componentes da SOLUÇÃO, buscando verificar se todas as funcionalidades da SOLUÇÃO exigidas estão disponíveis e adequadamente configuradas.
- 17.3. A CAIXA após os testes emitirá relatório técnico indicando estar à solução de acordo ou não com as exigências contratuais.

## **18. ATIVAÇÃO E ACEITAÇÃO**

- 18.1. Entende-se por ativação o ato de inauguração do uso propriamente dito da SOLUÇÃO, após ter, a CONTRATADA, recebido todos os atestes de cada uma das demais fases de implantação.
- 18.2. A ativação deverá tornar possível o uso integral de todas as facilidades, funcionalidades e potencialidades da solução, para todos os usuários cadastrados.
- 18.3. A ativação deverá ser precedida de autorização expressa da equipe técnica da CAIXA, e só será considerada consumada após ateste também emitido pela Equipe Técnica da CAIXA.

## **19. AMPLIAÇÃO E REMANEJAMENTO**



- 19.1. Para ampliações ou remanejamento será necessário o levantamento das informações, por meio das visitas técnicas, e atualização dos projetos para início das atividades de implantação.
- 19.2. O remanejamento compreende a desinstalação de equipamentos, remoção e instalação em novos endereços.
- 19.2.1. Entende-se por desinstalação o ato de desligar, remover, desmontar, embalar e deixar os equipamentos aptos para recolhimento pela CAIXA.
- 19.2.2. A CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias corridos para desinstalar os equipamentos, quando solicitado pela CAIXA.
- 19.2.3. A CAIXA reserva-se o direito de, excepcionalmente, realizar a desmontagem e remoção dos equipamentos do ambiente, ficando o mesmo sob a guarda da CAIXA até seu recolhimento, mantendo os prazos citados no subitem acima.
- 19.3. Entende-se por ativação de novos equipamentos, por motivos de ampliação ou remanejamento, o ato de inauguração do uso propriamente dito, da mesma, após ter, a CONTRATADA, recebido o ateste de instalação, configuração e testes.
- 19.4. A CONTRATADA terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, para a ativação de novos pontos, após o período de implantação, contados a partir da solicitação pela CAIXA.

## **20. GERÊNCIA**

- 20.1. A CONTRATADA deverá instruir e preparar a Equipe Técnica da CAIXA para executar os principais serviços de gerência, dentro das rotinas de suporte de 1º e 2º Nível.

## **21. GERÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO**

- 21.1. A CONTRATADA deverá atualizar todas as versões/releases dos produtos (software, API's) de forma a mantê-los atualizados, assim como, também, o fornecimento de manuais e relatórios técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos softwares licenciados.
- 21.2. A CONTRATADA deverá informar todas as correções e atualizações necessárias a qualquer dos componentes que integram a SOLUÇÃO.
- 21.3. A CONTRATADA deverá testar em seu laboratório, todas as novas versões/releases antes de aplicar nos equipamentos em operação.

## **22. GESTÃO DOS SERVIÇOS**

### **22.1. POR PARTE DA CONTRATADA**

- 22.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes profissionais para atividades afins e relacionamento com a CAIXA:
  - 22.1.1.1. Gestão Global do Contrato;

- 22.1.1.2. Gerente de Projeto;
- 22.1.1.3. Serviços de Suporte Técnico;
- 22.1.1.4. Serviço de Assistência Proativa;
- 22.1.1.5. Suporte Técnico Especializado;
- 22.1.1.6. Gestão de Contas/Faturas.
- 22.1.2. Cada profissional deverá ter a qualificação e conhecimento técnico/administrativo adequado para exercer as atividades sobre os serviços, equipamentos, ferramentas de Gerência/Gestão, para interagir com a Equipe da CAIXA.
- 22.1.3. Profissionais, representantes da CONTRATADA, poderão desempenhar mais de uma função, desde que resguardadas todas as qualificações técnicas e as metas dos indicadores de serviço.
- 22.1.4. As atividades de configurações, preparação e entrega do ambiente, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 22.2. GESTOR MASTER - PREPOSTO
  - 22.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar um representante da Empresa, denominado Preposto, para atuar como Gestor Master e interagir com os Gestores, Profissionais e Equipes Técnicas da CAIXA.
  - 22.2.2. O Preposto deverá estar disponível para a CAIXA, de forma presencial, durante a fase de implantação, nos horários comerciais, e na forma de sobreaviso, durante toda a fase operacional da SOLUÇÃO e vigência do Contrato, conforme segue:
    - 22.2.2.1. Para o atendimento imediato solicitações e reclamações da CAIXA, controlando e distribuindo as consequentes atividades das Equipes de Atendimento.
  - 22.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar meio de contato telefônico móvel para que a CAIXA ou os técnicos da própria CONTRATADA possam acionar o preposto em caso de necessidade mesmo fora do horário comercial.
  - 22.2.4. Cabe ao Preposto avaliar, em conjunto com o Corpo Gerencial da CAIXA, o andamento e qualidade das demandas e atividades de responsabilidade da Equipe de Atendimento.
    - 22.2.4.1. Cabe ainda ao Preposto, o encaminhamento das medidas necessárias ao cumprimento da legislação vigente, decorrentes de solicitação da CAIXA, Delegacia do Trabalho, Justiça ou qualquer outro órgão competente.
  - 22.2.5. Incumbe, ainda, ao preposto, sem detrimento das demais atribuições que a CONTRATADA lhe atribuir:
    - 22.2.5.1. Coordenar, orientar e supervisionar toda a equipe técnica da CONTRATADA alocada para o cumprimento do contrato, cabendo-lhe, ainda, a alocação dos

recursos necessários, bem como a delegação e distribuição das tarefas entre as equipes, garantindo a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos níveis de serviços estabelecidos;

- 22.2.5.2. Responder prontamente a todos os questionamentos e solicitações da CAIXA, informando-a das eventuais necessidades de intervenções, inclusive, se necessário, aquelas que devem ser realizadas por meio de outros fornecedores;
  - 22.2.5.3. Propor à CAIXA mudanças nas rotinas e procedimentos técnicos, quando julgar pertinente, visando a otimização dos custos, a racionalização e melhoria dos processos;
  - 22.2.5.4. Participar, quando solicitado pela CAIXA, de reuniões relativas às atividades sob sua gestão, fornecendo informações e relatórios, apresentando sugestões e propondo soluções;
  - 22.2.5.5. Acompanhar e avaliar os resultados globais das atividades sob sua gestão, fornecendo subsídios e informações à CAIXA, visando o tratamento das prioridades e o planejamento global;
  - 22.2.5.6. Ser o ponto de contato entre a CAIXA e a CONTRATADA, no que se refere às atividades por essas executadas, posicionando os empregados da CAIXA quanto ao andamento dos serviços e cumprimento das metas estabelecidas;
  - 22.2.5.7. Receber, organizar e programar as atividades referentes às implantações de novas versões, aplicativos ou alterações nos padrões da customização dos softwares e hardwares;
  - 22.2.5.8. Gerenciar a equipe técnica CONTRATADA, transmitindo as instruções, orientações e normas para a execução das atividades;
  - 22.2.5.9. Controlar a qualidade dos serviços prestados, mantendo a equipe técnica em conformidade ao previsto em contrato, elaborando e executando o plano de treinamento e de capacitação bem como reciclagem da equipe;
  - 22.2.5.10. Participar de projetos, necessidades de integração, ampliação ou melhorias no sistema sob sua responsabilidade, e novas soluções que vierem a ser adquiridas ou homologadas pela CAIXA;
  - 22.2.5.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado pela CAIXA, os relatórios técnicos, gerenciais e de controle dos serviços executados, de serviços pendentes dentro do mês e de indicadores de serviço;
  - 22.2.5.12. Zelar pela segurança da informação.
- 22.2.6. O preposto poderá acumular as funções próprias de suas atividades com outra(s) função(ões) técnica(s), desde que resguardadas todas as exigências de qualidade dos profissionais, regras e metas dos indicadores de níveis de serviço.

## **23. DA GARANTIA DE HARDWARE E SOFTWARE**

- 23.1. A CONTRATADA deve fornecer garantia total de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para os equipamentos juntamente com os seus componentes de

hardware e software contados a partir do aceite de instalação emitido pela CAIXA.

- 23.1.1. Para a controladora e SOLUÇÃO de gerenciamento e orquestração, a CONTRATADA deverá estender a garantia e suporte até a vigência de garantia contratual do último lote de equipamentos solicitados.
- 23.2. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem quaisquer ônus adicionais para a CAIXA, a CONTRATADA está obrigada a:
  - 23.2.1. A prestação dos serviços de assistência corretiva, proativa, e suporte técnico com a substituição de peças dos equipamentos, hardware, software e firmware em regime ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas do dia, os 7 (sete) dias da semana, ou seja, todos os dias do ano, dentro dos prazos contratados, a partir da abertura de chamado técnico junto à CONTRATADA, durante a vigência da garantia dos equipamentos, conforme definido pelos critérios de níveis de serviço deste documento (Dos prazos de atendimento e resolução de chamados).
  - 23.2.2. Entende-se por chamado qualquer acionamento técnico realizado pela CAIXA, ou por seus representantes e acionamento enviado automaticamente por equipamentos, por meio da função “call home”.
  - 23.2.3. Os serviços de suporte técnico poderão ocorrer de maneira simultânea em diferentes equipamentos, desde que não causem indisponibilidades de sistemas/serviços/ferramentas da CAIXA.
  - 23.2.4. Substituir peças, partes, ou componentes defeituosos, por itens novos, sem uso anterior, homologadas pelo fabricante, que possuam capacidade e todas as funcionalidades iguais ou superiores aos elementos substituídos;
  - 23.2.5. Coletar peças, partes ou componentes com defeito para o correto descarte.
  - 23.2.6. Garantir por, no mínimo, 60 (sessenta) meses o fornecimento dos componentes de hardware e/ou software, para manutenções, suporte técnico ou ampliações, de forma que possam ser mantidas todas as funcionalidades inicialmente contratadas.
  - 23.2.7. Caso após o término da vigência do contrato haja descontinuidade de fabricação dos componentes, deve ser também garantida total compatibilidade dos itens substitutos com os originalmente fornecidos.
  - 23.2.8. Efetuar assistência técnica corretiva sempre que a SOLUÇÃO apresentar falhas que impeçam o seu funcionamento normal e/ou requeiram a intervenção de técnico especializado.
  - 23.2.9. Nos casos em que os serviços de assistência técnica necessitem de paradas de equipamento(s), a CAIXA deve ser notificada para providenciar a aprovação das atividades, ou agendar nova data para execução das atividades.
- 23.3. As ferramentas e equipamentos necessários à assistência técnica serão de responsabilidade da CONTRATADA.

- 23.4. Caso seja verificada necessidade, a CAIXA poderá determinar a transferência do equipamento (após instalação inicial) ou componentes na mesma ou para outra localidade, devendo ser mantida a garantia do equipamento ou componente pelo tempo restante previsto neste contrato sem custo adicional para a CAIXA.
- 23.5. A CONTRATADA terá o prazo de atendimento de até 10 (dez) dias úteis a contar da data da solicitação.
- 23.6. Em caso de remanejamento de equipamentos ou componentes, na mesma ou outra localidade, a CONTRATADA deverá providenciar o desligamento, desmontagem, embalagem, desembalagem, remontagem e religamento dos equipamentos ou componente na origem e destino.
- 23.7. O transporte e seguro nesse caso ficará a cargo da CAIXA.
- 23.8. Para realização dos serviços especificados neste ANEXO II, a CONTRATADA poderá utilizar ferramentas (software aplicativo) de sua propriedade, desde que autorizado pela CAIXA e destinado a facilitar a execução dos serviços e diagnósticos de problemas;
- 23.9. Todos os serviços descritos neste ANEXO II deverão ser prestados pela CONTRATADA sem custo adicional.
- 23.10. O descumprimento de quaisquer das obrigações deste, ficará sujeito às sanções previstas no edital.

#### **24. DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ASSISTÊNCIA PROATIVA**

- 24.1. Entende-se por serviços de suporte técnico a prestação de serviços visando à reparação de eventuais falhas ou inconsistências detectadas em um produto de hardware e/ou software (SO/Firmware/API's), de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento dos produtos/equipamento e seus módulos ou componentes com o ambiente CAIXA, assim como na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento da plataforma, promovendo sua perfeita operacionalização.
- 24.2. O suporte técnico remoto e local ("on site") será prestado pela CONTRATADA em tempo integral, mediante requisição (chamado) da CAIXA, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 24.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA o acesso ao seu "Centro de Suporte Técnico", por via da Rede Internet (Web), em tempo integral, além de disponibilizar número de telefone gratuito com pronto atendimento em português.
- 24.4. A prestação de Suporte Técnico consiste na correção de falhas ou inconsistências detectadas de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento dos produtos e de seus módulos ou componentes, assim como na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento da SOLUÇÃO ofertada, afiançando sua perfeita operacionalização.

- 24.5. A CONTRATADA deve acompanhar e executar, em atendimento a requisito da CAIXA, as operações desligar/ligar (POWER OFF e POWER ON) dos equipamentos controladoras, solução de gerência e em caso de manutenções elétricas nos ambientes;
- 24.6. Além disso, o Suporte Técnico deve garantir:
  - 24.6.1. O acompanhamento do status do chamado para a prestação de suporte técnico via Rede Internet, com recebimento de notificações por correio eletrônico e telefone (ligação gratuita) ou por outro meio disponível.
  - 24.6.2. A pesquisa em base de conhecimento com soluções para problemas conhecidos, incluindo alertas de produtos, comunicações de “desupport”, instruções passo-a-passo de instalação de produtos, artigos técnicos, documentação de produtos e disponibilização de patches, como também informações relativas aos bugs documentados dos softwares que compõe a SOLUÇÃO.
  - 24.6.3. Configuração dos componentes da SOLUÇÃO para o funcionamento integrado ao ambiente de sistemas internos da CAIXA, visando melhor utilização e maximização da SOLUÇÃO ofertada neste ambiente.
  - 24.6.4. Suporte à integração da SOLUÇÃO adquirida com o ambiente operacional da CAIXA, que garanta o pleno funcionamento do equipamento no ambiente operacional com as aplicações desenvolvidas pela CAIXA, envolvendo análise, configuração do equipamento e parecer técnico com as recomendações e resolução do problema.
  - 24.6.5. Administração e análise de falhas do ambiente, objeto do contrato.
  - 24.6.6. Suporte preventivo e proativo que garantam a melhor utilização da SOLUÇÃO ofertada obtendo-se o máximo de desempenho para os Sistemas/Aplicativos da CAIXA.
  - 24.6.7. Participação e assistência no planejamento e execução de serviços juntamente com a equipe de administração do ambiente.
  - 24.6.8. Emissão, quando solicitado pela CAIXA, de relatório com parecer técnico e recomendações.
  - 24.6.9. Geração e análise tempestiva de “dumps”, e “crashes” do sistema
- 24.7. A CONTRATADA deverá fornecer, de maneira permanente e por equipamento, todos os subsídios, incluindo software, hardware e dispositivo de armazenamento adicional necessário à perfeita execução da análise acima.
- 24.8. A CONTRATADA também deverá manter a CAIXA sempre informada de todas as versões e atualizações disponibilizadas para uso, assim como das alterações, correções e vulnerabilidades dos componentes da SOLUÇÃO.
- 24.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA, sem custo adicional, as atualizações de versões de softwares, releases, patches, hotfixes, fixpacks, API'S e similares, bem como o acesso ao site do fabricante da SOLUÇÃO, de



modo a possibilitar baixa de correções e atualizações, pelo prazo de vigência do contrato de garantia e suporte.

- 24.10. Também deverá ser disponibilizada a atualização tecnológica e fornecimento para a CAIXA de todas as novas versões, features e releases dos componentes da SOLUÇÃO que forem disponibilizadas durante a vigência da garantia dos equipamentos, assim como o fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a sua correta utilização.
- 24.11. As novas versões e atualizações estáveis que surgirem durante a vigência da garantia dos equipamentos deverão ser informadas e disponibilizadas à CAIXA periodicamente.
- 24.12. As novas versões e atualizações deverão ser entregues a CAIXA, acompanhadas de manuais e/ou boletins informativos das funcionalidades implementadas e procedimentos de instalação.
- 24.13. Poderão ocorrer reuniões técnicas entre a CONTRATADA e a CAIXA durante a vigência da garantia dos equipamentos, para discussão dos problemas verificados no período e diagnóstico das soluções adotadas, assim como para análise das opções de melhorias possíveis no ambiente CAIXA, visando à utilização máxima dos recursos disponíveis.
- 24.14. O serviço de assistência proativa consiste no fornecimento de um serviço avançado provido por um funcionário da empresa fabricante, responsável técnico, devidamente certificado.
- 24.15. A certificação do profissional emitida pelo fabricante deve corresponder à SOLUÇÃO tecnológica objeto dessa contratação.
- 24.16. O serviço de assistência proativa deverá ser fornecido diretamente por profissional devidamente certificado pelo fabricante dos equipamentos, compreendendo, no mínimo:
  - 24.16.1. O responsável técnico para atendimento da CAIXA, que deverá atuar como ponto central de coordenação e facilitação com relação aos problemas técnicos;
  - 24.16.2. Complementação do serviço de manutenção com um conjunto avançado de serviços de engenharia para a rede auxiliando nas tarefas de revisão, ajustes e novos desenhos ("design"), planejamento, acompanhamento e suporte às implementações;
    - 24.16.2.1. Análise dos dispositivos e protocolos da infraestrutura de rede que permita aumentar a estabilidade e desempenho, mantendo e melhorando a eficiência operacional existente;
    - 24.16.2.2. Deverá ser responsável pela indicação das versões de firmwares, softwares e patches recomendadas para SOLUÇÃO baseado em estudos (Release Recommended, Gold Release e Bug Tracker) de acordo com funcionalidades utilizadas pela CAIXA.
    - 24.16.2.3. Fazer reunião quando convocado pela CAIXA, durante a vigência da garantia, na qual devem ser repassados os cronogramas para disponibilização de novos



softwares, patches e chamados atendidos, com o respectivo status do atendimento.

24.16.2.4. Ser proativo, antecipando-se aos prováveis problemas, para evitar indisponibilidade da rede;

24.16.2.5. Revisar outros problemas conhecidos com os produtos e fazer as devidas observações de impacto, risco e ações necessárias para mitigação;

24.16.2.6. O responsável técnico deve prestar o serviço em Língua Portuguesa;

24.16.2.7. Preferencialmente serão utilizados os recursos de audioconferência e videoconferência para a realização das reuniões técnicas.

24.17. A CONTRATADA deverá garantir o suporte técnico de todas as funcionalidades especificadas nos termos de referência incluindo as funcionalidades adicionais implementadas e novas funcionalidades que sejam disponibilizadas durante a vigência da garantia dos equipamentos.

## **25. DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO**

25.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao longo da vigência do contrato, serviço técnico local especializado prestado por profissional certificado pelo fabricante em nível de engenheiro da SOLUÇÃO, com português fluente, em 40 (quarenta) horas semanais, segunda à sexta das 09:00 às 18:00 horas.

25.1.1. Este horário poderá ser alterado pela CAIXA.

25.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos 1 (um) profissional durante o período informado no item anterior, onde a qualquer momento a CAIXA poderá acioná-lo através de um chamado técnico a ser aberto via telefone, e-mail e/ou ferramenta CAIXA de gerenciamento de chamados.

25.3. Este profissional deve estar alocado exclusivamente para o suporte e atendimento à CAIXA.

25.4. O suporte técnico especializado de serviço de mentoria on-site, sem ônus adicional com a finalidade de realizar atividades relativas à orientação sobre operação e administração do ambiente incluindo minimamente as atividades:

25.5. Operação do software de gerenciamento ofertado, para atividades de monitoramento pró ativo e execução de configurações e alterações solicitadas pela CAIXA;

25.6. Fornecer atendimento básico à CAIXA, em atividades relacionadas pela CAIXA relativas à SOLUÇÃO ofertada;

25.7. Suporte a mudanças, planejamento e/ou validação, adicionais ao item "Remanejamento e Ampliação" deste ANEXO, de instalações físicas planejadas junto à CAIXA, ampliações ou remanejamentos para novos ambientes com acompanhamento in-loco para realocação e religação dos equipamentos instalados

- 25.8. Assistência na criação e parametrização do ambiente tanto na configuração de todos os seus componentes, bem como na configuração de softwares, monitoração e operação.
- 25.9. Elaboração de documentação com a avaliação dos resultados atingidos e comparação com o que foi proposto no plano de projeto, e indicação das novas necessidades da CAIXA para a realização de projetos futuros.
- 25.10. Elaboração de relatório, quando solicitado pela CAIXA, contendo diagnóstico, métricas (estabelecidas pela CAIXA) e recomendações de melhoria, atualização do ambiente de rede.
- 25.11. Direcionamento de questões relacionadas à segurança e integração das soluções com ferramentas externas e outras tecnologias.
- 25.12. Análise de requisições para extensão de ambientes previamente implantado em projeto, e dimensionamento de infraestrutura, baseado na saúde do ambiente.
- 25.13. Avaliação para otimização do desempenho, através de métricas de monitoramento e logs.
- 25.14. Elaboração de relatórios de atividades.
- 25.15. Acompanhamento pré-implantação, janelas de manutenção e pós-implantação.
- 25.16. O número de janelas de manutenção será limitado à 12 (doze) atividades anuais, podendo ser prestada de segunda à domingo compreendendo o período noturno das 22h até as 6h do dia posterior.
- 25.17. Apoio e acompanhamento de testes funcionais e de carga no ambiente de rede.
- 25.18. Assistência a aplicação e disseminação de melhores práticas utilizadas pelo fabricante da SOLUÇÃO de rede e integração com soluções compatíveis descrita no corpo do termo de referência.
- 25.19. Apoio à Gestão de Crises e condução de investigação associada a chamados junto à equipe de suporte do fabricante.
- 25.20. Elaboração de planejamento de atividade de teste de contingência (Disaster Recovery) do ambiente de rede e elementos conectados.
- 25.21. Além de outras funções de operação e administração do ambiente não especificamente relacionadas.
- 25.22. Todos os serviços descritos neste item deverão ser prestados pela CONTRATADA sem custo adicional, podendo ser solicitado durante toda a vigência do contrato, sendo os prazos de execução objeto de acordo prévio entre a CONTRATADA e a CAIXA.
- 25.23. O suporte técnico especializado deverá garantir o suporte de todas as funcionalidades especificadas nos termos de referência incluindo as funcionalidades adicionais implementadas e novas funcionalidades que sejam disponibilizadas durante a vigência do contrato.

25.24. Ao final de cada atendimento deverá ser emitido RAT – Relatório de Atendimento Técnico, detalhando os serviços prestados.

25.25. A equipe CAIXA terá 5 (cinco) dias úteis para emitir o aceite do documento.

## **26. DO ATENDIMENTO**

26.1. Todos os prazos para atendimento e solução começarão a ser contados a partir da abertura do chamado, independentemente de ter sido feito via telefone e-mail ou solução de “call home”.

26.2. Considera-se plenamente solucionado o problema quando restabelecidos os sistemas/serviços e a redundância for restabelecida sem restrições, ou seja, quando não se tratar de solução provisória/solução não definitiva.

26.3. No final do atendimento e solução da ocorrência, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com o técnico da CAIXA, teste para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou solução do problema.

26.4. Ao final do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar as causas do problema e a solução adotada.

26.5. A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal das atividades executadas de suporte técnico, que deverá ser entregue ou disponibilizado ao Gestor Operacional do Contrato.

26.6. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, em meio eletrônico e em português, relatório detalhado referente às atividades de assistência técnica de hardware e software quando prestadas, incluindo obrigatoriamente os campos a seguir:

26.6.1. Data/hora da abertura do chamado técnico;

26.6.2. Identificação do software;

26.6.3. Identificação do hardware;

26.6.4. Identificação da localidade;

26.6.5. Nome do responsável pela abertura do chamado;

26.6.6. Severidade do chamado;

26.6.7. Número de identificação do chamado;

26.6.8. Descrição do problema;

26.6.9. Descrição da solução implantada;

26.6.10. Data/hora do início do atendimento;

26.6.11. Data/hora da conclusão da solução operacional;

- 26.6.12. Data/hora da solução definitiva do chamado;
- 26.6.13. Detalhamento do tempo em que a ação ficou sob responsabilidade da CAIXA;
- 26.6.14. Consolidado dos chamados que não atenderam os prazos estabelecidos neste anexo com suas devidas justificativas.
- 26.7. Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CAIXA fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado.
- 26.8. Toda e qualquer atualização tecnológica e suporte técnico devem ser executados somente mediante prévia autorização da CAIXA, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados apresentados pela CONTRATADA.
- 26.9. Todos os termos constantes deste item deverão ser obedecidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.
- 26.10. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente prover a integração do seu sistema de controle de chamados com o sistema da CAIXA.
- 26.11. A CONTRATADA terá prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, para efetuar a integração de sua ferramenta de chamados com a ferramenta de controle de chamados CAIXA.
- 26.12. O número do chamado do Sistema de Atendimento da CAIXA será o número chave para qualquer tratativa relacionada ao chamado (verificação sobre o andamento do atendimento, informações sobre o fechamento, cálculo referente à glosa/multa, e outros).
- 26.13. A ferramenta de chamados da CONTRATADA terá todo o histórico do chamado, devendo todas as tratativas serem acionadas dentro da ferramenta CAIXA, durante toda a vigência do contrato e da garantia do último lote.
- 26.14. Em caso de indisponibilidade de operação da ferramenta da CONTRATANTE, ou em casos em que a CAIXA julgar pertinente, outras formas de consulta e tratamento dos chamados poderão ser utilizadas, como por exemplo, telefone 0800 e correio eletrônico.
  - 26.14.1. Quando em casos que os chamados não forem abertos através da ferramenta de gerenciamento de demandas da CAIXA, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro e/ou protocolo na abertura para que seja acompanhado e tratado dentro da ferramenta de gerenciamento da CAIXA.
  - 26.14.2. A CONTRATADA compromete-se a realizar a conclusão dos chamados no instante da resolução definitiva do serviço de atendimento, sendo que esta conclusão deverá ser executada diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento da CONTRATADA, mediante interface com o Sistema de Atendimento da CAIXA ou, em caso de indisponibilidade de estação, nos casos em que o técnico da CONTRATADA estiver prestando atendimento in loco na CONTRATANTE o técnico deverá contatar a Central de Atendimento da CONTRATADA.

- 26.14.3. A qualquer tempo, a CAIXA poderá solicitar alterações no fluxo de integração entre o Sistema de Atendimento da CAIXA e o sistema de atendimento da CONTRATADA.
- 26.14.4. A CONTRATADA deverá informar, na reunião inaugural, o telefone e e-mail da central de atendimento, e outros 2 (dois) e-mails e telefones, para acionamento em caso de indisponibilidade da central de atendimento.
- 26.14.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura, registro e tratamento dos chamados técnicos, recebidos por meio da integração definida ou através de ligação telefônica gratuita, (0800) funcionando em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, ou seja, todos os dias do ano, como canal principal e um endereço eletrônico como canal alternativo.
- 26.14.6. A CONTRATADA será responsável pela abertura e acompanhamento de chamados técnicos junto aos centros de suporte técnico dos fabricantes, bem como o acompanhamento da resolução desses chamados e implantação das soluções sugeridas acordadas junto à CAIXA, incluindo os chamados abertos via “call home”
- 26.14.7. A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento ao chamado da CAIXA para prestar os serviços de suporte técnico, nos prazos estabelecidos neste ANEXO, a serem contabilizados de forma corrida a partir da abertura do chamado.
- 26.14.8. O termo “forma corrida” indica que a contagem de tempo se dará de maneira contínua, ou seja, sem interrupções, exceto aquelas que sejam provocadas pela CAIXA.
- 26.14.9. O tempo de solução do chamado, quando a pendência estiver sob responsabilidade da CAIXA, a exemplo, envio de documentação, não será contabilizado no prazo de atendimento estabelecido neste ANEXO.
- 26.14.10. O atendimento ao chamado da CAIXA, para prestar suporte e/ou manutenção corretiva, reparação de eventuais falhas no produto, configuração e parametrização será efetuado nas localidades de instalação dos equipamentos.
- 26.14.11. A solução operacional e definitiva do problema técnico deverá ser concluída nos prazos estabelecidos neste ANEXO, a serem contabilizados de forma corrida, a partir da abertura do chamado, descontado o tempo que ficou sob responsabilidade da CAIXA.
- 26.14.11.1. Entende-se como solução operacional, a disponibilidade do equipamento/componente, porém de forma provisória/não definitiva.
- 26.14.12. O fechamento do chamado deverá ocorrer somente após autorização da CAIXA.
- 26.14.13. A qualidade dos serviços será aferida na forma estabelecido neste Anexo.
- 26.14.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao site do fabricante, por meio da internet e sem custos adicionais aos colabores indicados pela CAIXA para baixa de versões, documentações do fabricante, gerenciamento de uso de licenças e gestão de suporte dos casos abertos junto ao fabricante.

- 26.14.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso às informações relativas a problemas (bugs) documentados pelo fabricante e à documentação referente aos produtos e componentes especificados neste documento.
- 26.14.16. A CONTRATADA deverá realizar trabalho preventivo de revisão dos ambientes, identificando problemas relacionados com a implementação de novos produtos e/ou versões.
- 26.14.17. A CONTRATADA deverá analisar e recomendar mensalmente a aplicação de updates, fixes, alertas de segurança e patches críticos, garantido maior disponibilidade ao ambiente e produtos.
- 26.14.18. Todos os termos constantes destes itens deverão ser atendidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.
- 26.14.19. A critério da CAIXA, os chamados poderão ser abertos, acompanhados e fechados por equipe própria ou terceirizada.
- 26.14.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA, referente aos equipamentos e softwares objeto desta licitação, os seguintes serviços:
- 26.14.21. Acesso ao centro de suporte técnico dos fabricantes, com disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ou seja, todos os dias do ano;
- 26.14.22. Permissão para abertura e acompanhamento de chamados no centro de suporte técnico do fabricante dos equipamentos e softwares, a qual deverá ser disponibilizada através da Internet (web), correio eletrônico e telefone (ligação gratuita), sob demanda;
- 26.14.23. Acesso à documentação do fabricante referente aos equipamentos, componentes integrantes destes equipamentos e softwares, com:
- 26.14.24. Acesso à documentação, através da Internet, sem custos adicionais;
- 26.14.25. Acesso às informações relativas a problemas (bugs) documentados pelo fabricante;
- 26.14.26. Acesso a mecanismos de solução de problemas para diagnóstico de falhas de hardware e software, utilizando à mesma metodologia empregada pelo fabricante.
- 26.14.27. Na finalização dos serviços, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com o técnico da CAIXA ou terceirizada, testes com os equipamentos, definidos a critério da CAIXA, certificando-se de que os recursos foram restabelecidos e o problema foi efetivamente solucionado.
- 26.14.27.1. Para cada manutenção, caso solicitado pela CAIXA, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico detalhado e conclusivo da causa do problema e da solução que foi adotada para o seu restabelecimento em até 15 (quinze) dias corridos após a solicitação.

**27. RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT**

- 27.1. A CONTRATADA deverá confeccionar o Relatório de Atendimento Técnico – RAT, conforme modelo em ANEXO X - RAT – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO, de modo que contenha, no mínimo, os campos ali previstos.
- 27.2. O RAT deverá ser preenchido em, no mínimo, 03 (três) vias: uma para a Centralizadora Regional, outra para a unidade da CAIXA atendida e outra para a CONTRATADA, conforme segue:
  - 27.2.1. A identificação da Unidade da CAIXA, onde se encontra instalado o EQUIPAMENTO objeto do chamado;
  - 27.2.2. O número do chamado no Sistema de Atendimento da CAIXA – SIGSC;
  - 27.2.3. A data e o horário em que foi efetuado o chamado;
  - 27.2.4. A data e os horários de início e término do atendimento;
  - 27.2.5. A descrição do problema ou da demanda que ocasionaram o chamado;
  - 27.2.6. A descrição do diagnóstico, do conserto e das peças que eventualmente tenham sido substituídas ou que deverão ser substituídas;
  - 27.2.7. A identificação do EQUIPAMENTO, com os seguintes dados: nome lógico, n° de série e, se possível, o de tombamento (patrimônio CAIXA);
  - 27.2.8. As pendências resultantes, se permanecerem;
  - 27.2.9. A informação "MANUTENÇÃO CORRETIVA";
  - 27.2.10. A identificação e assinatura do Técnico que executou o atendimento;
  - 27.2.11. O aceite do usuário da CAIXA, mediante assinatura sob carimbo, no qual conste seu nome, matrícula e cargo.
  - 27.2.12. O RAT deverá ser composto por quatro fases de atendimento: "Abertura", "Atendimento Técnico", "Custos" e "Fechamento".
  - 27.2.13. Os dados da fase de "Abertura" do RAT serão encaminhados pela Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA à CONTRATADA.
  - 27.2.14. Os campos das fases de "Atendimento Técnico" e "Custos do Atendimento", exceto os itens precedidos por (-) e (=), são de preenchimento obrigatório do Técnico, antes da apresentação do RAT para "Fechamento" por parte do responsável na unidade da CAIXA.
  - 27.2.15. A fase de "Fechamento", exceto data e horário de conclusão e assinatura do Técnico, é de preenchimento obrigatório pelo responsável da unidade da CAIXA, sob carimbo.
  - 27.2.16. Deverá ser deixado em poder da Unidade da CAIXA, onde se encontra o EQUIPAMENTO mantido, uma via do documento comprobatório da intervenção corretiva (RAT) e encaminhar em 72 (setenta e duas) horas outra via à Unidade de Suporte Tecnológica da CAIXA mais próxima para validação.



**28. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DE CHAMADOS**

28.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos prazos de resolução de chamados conforme tabela a seguir:

Severidade	Descrição	ICL	Prazo de Resolução (em horas)
<b>Crítica</b>	Indisponibilidade de Prédio Crítico	200	2
	Acima de 20% de indisponibilidade do parque (AP)	200	2
	Controladora totalmente indisponível	200	2
	Indisponibilidade de AP categorizado como crítico	100	2
<b>Alta</b>	Entre 5 e 20% de indisponibilidade do parque (AP)	8	8
	Solução Gerencia em contingência	8	8
	Controladora em contingência	8	8
	Agência com solução operacional (temporária)	8	8
	Chamado de criticidade média ou baixa com atraso acima de 48 horas	8	8
	Entre 1 e 5% de indisponibilidade do parque (AP)	4	8
	Qualquer outra solução operacional (temporária)	4	8
	Remanejamento, desinstalação ou reinstalação de equipamentos	4	36
	Disponibilização de atualizações tecnológicas (A partir do lançamento da atualização)	4	48
	Disponibilização de relatórios solicitados	4	24
<b>Baixa</b>	AP Indisponível	1	16
	Consultas	1	24
	Demais chamados não categorizados	1	24

28.1.1. Entende-se por prazo de resolução o tempo em horas corridas desde a abertura do chamado até a resolução do problema.

28.1.2. Para as soluções temporárias o nível de severidade e por conseguinte seus prazos de atendimento serão alterados conforme a tabela deste item.

28.2. Todos os termos constantes deste item deverão ser obedecidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.

28.3. Despesas relativas a deslocamentos dos equipamentos para a correção de problemas técnicos e adequações/ajustes de configurações ocorrerão por conta da CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade e sem ônus para a CAIXA.

28.4. A falta de peças não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

**28.5. Indicador Global dos Serviços**

- 28.5.1. O Indicador Global de Serviços será calculado considerando todas as requisições de serviço e incidentes finalizados no prazo.
- 28.5.2. Não contabilizam para este indicador os registros de indisponibilidade abertos equivocadamente como requisições de serviço, desde que a situação seja corretamente registrada pela CONTRATADA durante o período aferido.
- 28.5.3. Serão consideradas para cada período de aferição (mensal):
- 28.5.3.1. As requisições e incidentes abertos e solucionados durante o período em análise;
- 28.5.3.2. As requisições e incidentes abertos em período anterior e fechados durante o período em análise.
- 28.5.4. A CONTRATADA deverá obter mensalmente índice igual ou superior a 99,7% das requisições e incidentes finalizados no prazo.
- 28.5.5. Para calcular o INDICADOR GLOBAL DE SERVIÇOS é necessário calcular o Índice de Atendimento Fora do Prazo de Resolução pela fórmula a seguir, e conforme tabela contendo os PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DE CHAMADOS:

$$\text{ATFP} = [0,14 \times \sum (\text{ICL} \times \text{NHA})] / 100$$

Onde:

ATFP = Índice de Atendimentos Fora do Prazo

ICL = Índice de Classificação do Incidente

NHA = Número de Horas em Atraso

0,14 representa a proporção de uma hora em relação ao mês.

- 28.5.6. O ATFP deverá ser calculado considerando-se o somatório do resultado da multiplicação do tempo de atraso pelo índice de classificação de todos os eventos de atraso, conforme indicado pela fórmula acima.
- 28.5.7. Obtido o indicador ATFP, calcula-se o INDICADOR GLOBAL DE SERVIÇOS, pela equação a seguir:

$$\text{IGS} = 100 - \text{ATFP} \text{ [\%]}$$

Onde:

IGS = INDICADOR GLOBAL DE SERVIÇOS.

**29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 29.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- a) Multa;
  - b) Rescisão antecipada do CONTRATO;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- 29.2. A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:
- 29.2.1. A interrupção integral da execução do contrato, sem prévia autorização da CAIXA, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato.
- 29.2.2. Pela inexecução parcial ou execução insatisfatória de conduta e procedimentos inclusive pelo descumprimento das cláusulas referentes a segurança da informação e privacidade de dados, ou ainda pelo não atendimento do Índice de Global de Serviços (IGS) em sua leitura mensal, a CONTRATADA será notificada.
- 29.2.2.1. Em caso de reincidência na aplicação da notificação no período de 2 (dois) meses consecutivos ou a leitura mensal do IGS fique abaixo de 90% (noventa por cento) em 1 (um) único mês, a CONTRATADA será advertida e deverá apresentar Plano de Melhoria para solução definitiva das faltas cometidas.
- 29.2.2.2. Mantidos os motivos que justificaram as notificações considerar-se-á constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CONTRATADA será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do Contrato.
- 29.2.2.3. Complementarmente, a seu critério, a CAIXA poderá promover a rescisão antecipada do contrato.
- 29.2.3. Pela não disponibilização do serviço técnico especializado a CONTRATADA arcará com multa de 0,003% do valor global do contrato por dia de atraso.
- 29.2.4. Pelo não cumprimento do prazo de integração do seu sistema de controle de chamados com o sistema da CAIXA, ficará sujeito multa à razão de 0,01% do valor global do contrato, por dia de atraso.
- 29.3. As multas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, e, se não for possível, será cobrada da CONTRATADA administrativa ou judicialmente.
- 29.4. As multas estão limitadas a 10% do valor global do contrato.
- 29.5. A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada:
- a) Em casos de reincidências;
  - b) Em casos de descumprimento de prazo contratual, descumprimento parcial ou total de obrigação contratual, inclusive a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
- 29.6. A aplicação das penalidades indicadas nesta cláusula será lançada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

### **30. CONSIDERAÇÕES SOBRE FATURAMENTO**

- 30.1. A CAIXA definirá a unidade responsável pelo ateste das faturas decorrentes da presente contratação.

- 30.2. As faturas devem ser emitidas e entregues à CAIXA para as providências de ateste e o encaminhamento para pagamento.
- 30.3. A CAIXA, após recebimento da nota fiscal/fatura e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA em até 15 dias úteis, com o ateste da área responsável, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA, conforme os marcos descritos na tabela a seguir:

<b>Etapa</b>	<b>Valor</b>	<b>Condição de Pagamento</b>	<b>Prazo de entrega/execução</b>
Entrega dos ativos	50% do valor do equipamento entregue	Após a entrega e conferência de todos os componentes físicos e lógicos que compõem a solução.	Em até 60 (sessenta) dias contados a partir da solicitação da CAIXA.
Instalação, ativação e operação	50% do valor do equipamento entregue	Após o ateste da Caixa de que os componentes da solução se encontram totalmente operacionais (instalados e configurados).	Em até 90 (noventa) dias após o aceite da entrega dos equipamentos

### **31. VIGÊNCIA E GARANTIA**

- 31.1. O Contrato terá validade de 12 meses, a contar da data da assinatura.
- 31.2. Cada equipamento fornecido para a CAIXA deverá ter 60 (sessenta) meses de garantia, contados a partir da data de ativação dos equipamentos, em ambiente da CAIXA, comprovada por Termo de Aceite, emitido pela CAIXA.
- 31.3. A garantia cobrirá todos os elementos de hardware e software, tais como: Access Points, Controladora, e Autenticação, Softwares, dentre outros recursos e acessórios fornecidos pela CONTRATADA.
- 31.4. A garantia deverá incluir a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, incluindo atualização de softwares ou firmware, além da substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante este período, sem ônus adicionais à CAIXA.
- 31.5. As versões de software da SOLUÇÃO deverão ser atualizadas, sem ônus para a CAIXA, durante a vigência da garantia dos equipamentos.
- 31.6. Pressupondo-se que os equipamentos possuam proteções contra oscilações de rede, intempéries e descargas atmosféricas ou eletromagnéticas, a garantia dever cobrir as peças danificadas por tais fenômenos.

31.7. A garantia não trará quaisquer ônus adicionais para a CAIXA, obrigando-se a CONTRATADA a manter os equipamentos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam.

31.8. A CONTRATADA concorda que a CAIXA, a seu critério, poderá instalar qualquer componente ou periférico externo ao equipamento, padrão de mercado, fornecido por terceiros, sem prejuízo da garantia dos componentes originais.

## **32. SERVIÇOS NÃO INCLUIDOS**

32.1. Não estão incluídos na garantia fornecida aos equipamentos, os seguintes serviços/situações:

32.2. Defeitos, falhas ou danos ocasionados por vandalismo, assim consideradas aquelas situações onde ocorre depredação do equipamento danificando-o no todo ou em parte, ou mau uso, desde que seja dada a concordância pelo usuário ou pela unidade técnica da CAIXA.

32.3. Defeitos, falhas ou danos ocasionados por fenômenos naturais considerados de força maior, tais como enchentes, incêndios e terremotos, desde que seja dada a concordância pelo usuário ou pela unidade técnica da CAIXA.

32.4. Durante o tempo de vigência do contrato, quaisquer modificações na planta (colocação de divisórias etc.), se houver necessidade de novo Site Survey, para adequação da SOLUÇÃO à nova planta, a CONTRATADA deverá atender, executando os serviços eventuais, conforme proposta comercial.

## **33. FORMA DE PAGAMENTO**

33.1. A CAIXA efetuará o pagamento à CONTRATADA, proporcionalmente, considerando-se as quantidades de produtos solicitados e implantados, assim como o cumprimento dos serviços executados e estabelecidos em contrato, conforme valores unitários fornecidos durante o período contratual de 12 meses.

**ANEXO I-C –RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO**

1. O quantitativo dos itens relacionados à controladora e Access Point na tabela abaixo, deverá ser fornecido e entregue, pela CONTRATADA, após a execução do site survey previsto nos serviços de instalação, nos endereços indicados nesse Anexo, bem como em eventuais novas unidades a serem implementadas ou que venham a ser remanejadas durante a vigência contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD	PARTNUMBER	TIPO	DESCRIÇÃO
1	Controladora Wireless WiFi 7	4	EWP-WX5860X	HW	H3C WX5860X Access Controller
2	Access Point WiFi 7	13.715	EWP-WA7220-HI-FIT	HW	Ponto de Acesso H3C Wifi 7 WA7220-HI Internal Antennas 4 Streams Dual Radio 802.11be/ax/ac/n. Acompanha LI-SWX1-BE
3	Ferramenta de Survey	8		HW	

**2. ENDEREÇOS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:**
**2.1. CONTROLADORAS**

CETAD	LOCAL	ENDEREÇO
CETAD	DTC	GRANJA DO TORTO LT 03 - GRANJA DO TORTO CEP 70.636-000
CETAD	CTC	S.I.G – Setor de Indústria Gráfica – Quadra 01 – Lote 685/705 CEP 70.297-410

**2.2. ACESS POINT**

- 2.2.1. Os Access Points serão distribuídos nas agências da CAIXA.

**2.3. FERRAMENTAS DE SURVEY**

- 2.3.1. As ferramentas de Survey deverão ser entregues nas Unidades de TI (CIAUS).

**2.4. Endereços das Unidades de TI (CIAUS)**

Localidade	CGC	CNPJ	Endereço	Bairro	Cidade	CEP
CIAUS-MN	7458	00.360.305/5635-08	Rua Ramos Ferreira n.º 596 6.º andar	Centro	Manaus	69.010-903
CIAUS-BH	7435	00.360.305/4271-67	Avenida do Contorno n.º 8256 5.º andar	Gutierrez	Belo Horizonte	30.110-062
CIAUS-BR	7436	00.360.305/4999-07	SAUS Quadra 3 Bloco C/E 10.º andar, Ala Norte, Matriz II	Asa Sul	Brasília	70.070-030
CIAUS-GO	7875	00.360.305/4258-90	Rua 11 n.º 250 4.º andar, ED SEDE CAIXA	Setor Central	Goiânia	74.015-170
CIAUS-PO	7876	00.360.305/4427-19	Rua Sete de Setembro n.º 1001 4.º andar	Centro Histórico	Porto Alegre	90.010-191
CIAUS-RE	7466	00.360.305/4862-52	Rua Vinte e Quatro de Agosto n.º 211	Santo Amaro	Recife	50.040-190
CIAUS-RJ	7469	00.360.305/5071-95	Rua das Marrecas n.º 20 Torre 2 4.º andar	Centro	Rio de Janeiro	20.031-120
CIAUS-SP	7877	00.360.305/4903-65	Largo da Concordia n.º 211 1.º andar	Brás	São Paulo	03.012-010

**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****1 LICITAÇÃO CAIXA Nº 176/2026**

**2 OBJETO:** Registro de Preços para prestação de serviços de expansão de solução de rede sem fio para as agências da CAIXA, compreendendo o fornecimento de hardware e softwares do fabricante H3C, ferramenta de site Survey, serviços de implantação e configuração, suporte técnico especializado e garantia total de 60 (sessenta) meses.

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

**OBS:** No caso de empresas em consórcio esta proposta deverá ser feita em nome da empresa-líder, e deverão ser relacionados o nome e CNPJ de todas as consorciadas.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ( ) dias, contados da data de sua apresentação (prazo igual ou superior a 60 dias, contados da data da apresentação).

**PRAZO DE GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA:** ( ) dias (Superior ou igual a 60 (sessenta) meses)

**PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

Conforme definido no ANEXO I-B – Forma de Execução do Contrato.

**DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO OFERTADA:**

Conforme especificações do objeto, de forma clara, informando as características técnicas de todos os módulos/elementos relacionados, incluindo especificação de PROCEDÊNCIA/VERSÃO/FABRICANTE e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem as configurações cotadas, e, se houver, indicação de endereço do sítio de internet onde a CAIXA poderá, caso considerar necessário, buscar maiores informações acerca da solução, ou manual/folder do fabricante e respectivos itens, onde poderão ser obtidas/capturadas informações técnicas dos produtos ofertados, que, de forma inequívoca, identifiquem as configurações cotadas, em aderência com as Especificações Técnicas e demais Anexos do edital.

**PROPOSTA DE PREÇOS**



ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Controladora Wireless WiFi 7	4		
2	Access Point	13.715		
3	Ferramenta de Survey	8		

**VALOR GLOBAL POR EXTENSO:**

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Que cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de participação (item 2) e habilitação (item 8).
3. Que não houve, para a apresentação desta proposta, ocorrência de Registro de Oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Resolução CGPAR nº 29, de 05 de abril de 2022.
4. Que é revendedora autorizada do fabricante dos equipamentos os quais são objeto do certame e que possui em seu quadro permanente técnicos treinados e certificados para a execução dos serviços, garantindo, durante todo o período de vigência do contrato e da garantia apartada, a utilização, no processo de manutenção dos equipamentos, de peças e componentes originais novos, iguais ou, a critério da CAIXA, superiores aos inicialmente fornecidos e que possui condições de manter o fornecimento dos componentes de hardware e software, para manutenções, suporte técnico, ampliações e preço de mercado, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a vigência da Garantia.

Local e data

---

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**INSTRUÇÕES:**

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR GLOBAL, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

2.1 O licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

**ANEXO III****PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS**

ITEM	QTD	UNITÁRIO	TOTAL
CONTROLADORA WIRELESS WIFI 7	4	R\$ 168.300,00	R\$ 673.200,00
ACCESS POINT	13.715	R\$ 5.306,89	R\$ 72.783.996,35
FERRAMENTA DE SURVEY	8	R\$ 65.859,90	R\$ 526.879,20
<b>TOTAL</b>			R\$ 73.984.075,55

**ANEXO IV****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**

**PROCESSO n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
LICITAÇÃO CAIXA Nº 176/2026**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de LICITAÇÃO CAIXA nº \_\_\_\_\_, do processo administrativo nº \_\_\_\_\_, em face da autorização do(a) \_\_\_\_\_ da CAIXA *ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº \_\_\_\_\_*), de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar o preço da empresa *[ou do consórcio]* \_\_\_\_\_ *[indicar o nome da empresa ou do consórcio, em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_ *[em caso de consórcio deverá ser informado o CNPJ do consórcio constituído]*, com sede na \_\_\_\_\_ *[indicar o endereço completo, inclusive CEP]*, neste ato representada por \_\_\_\_\_ *[informar nome e CPF do representante do fornecedor]*, doravante designada **FORNECEDOR**, *[incluir em caso de consórcio: sendo o referido consórcio constituído pela empresa líder \_\_\_\_\_ (indicar o nome da empresa líder do consórcio, em caixa-alta e negrito), inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (indicar o endereço completo, inclusive CEP), e pela(s) empresa(s) \_\_\_\_\_ (indicar nome, CNPJ e endereço completo das demais empresas que constituem o consórcio)]*, doravante designadas **CONSORCIADAS**, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços de expansão de solução de rede sem fio para as agências da CAIXA, compreendendo o fornecimento de hardware e softwares do fabricante H3C, ferramenta de site Survey, serviços de implantação e configuração, suporte técnico especializado e garantia total de 60 (sessenta) meses.

**Parágrafo Único** – Este instrumento não obriga a CAIXA a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto,

obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência da presente Ata será de 01 (um) ano, contado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

**Parágrafo Primeiro** – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 100 (cem) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

**Parágrafo Segundo** – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA**

A gestão deste instrumento caberá à GETEL no seu aspecto operacional e à CEFOR, nas questões legais.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS**

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

ITEM	QTD	UNITÁRIO	TOTAL
CONTROLADORA WIRELESS WIFI 7	4		
ACCESS POINT	13.715		
FERRAMENTA DE SURVEY	8		
TOTAL			

**FORNECEDOR**

**1º CLASSIFICADO:** CNPJ

**Parágrafo único** – O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata, se for o caso

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO**

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o exigido nesse edital, em conformidade com os cronogramas presentes, na(s) Unidades(s) nele(s) indicada(s).

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A(s) empresa(s) detentora(s) do preço registrado poderá(ao) ser convidada(s) a firmar contratação(ões) para prestação de serviços, na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro** – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela CAIXA, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

**Parágrafo Segundo** – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à CAIXA no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

**Parágrafo Terceiro** – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a CAIXA poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

**Parágrafo Quarto** – A CAIXA fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

**Parágrafo Quinto** – Durante a vigência da Ata a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material/serviço fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo FORNECEDOR.

**Parágrafo Sexto** – Caso seja detectado que o produto entregue que não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CAIXA rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o FORNECEDOR a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

**Parágrafo Sétimo** – O aceite/aprovação dos bens ou serviços pela CAIXA, não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo FORNECEDOR registrado verificados posteriormente, garantindo-se à CAIXA as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

I            Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer

sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;

II Recrutar e contratar a mão de obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

III Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução contratual, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela contratada, no ato da assinatura do Contrato;

IV Conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que obtenham o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

V Substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CAIXA, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;

VI Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

VII Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;

VIII Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;

IX Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;

X Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e previstos em Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho e apresentar à CAIXA, juntamente com o documento fiscal, os



comprovantes de pagamento de salários e demais obrigações trabalhistas e sociais, tais como contracheques com recibo do empregado, comprovante de depósito bancário, dentre outros, relativos aos empregados alocados na prestação dos serviços contratados, bem como os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;

XI Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;

XII Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;

XIII Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;

XIV Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;

XV Atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;

XVI Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;

XVII Fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;

XVIII Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle

operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;

**XIX** Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá;

**XX** Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

**XXI** Obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

**XXII** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

**XXIII** Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;

**XXIV** Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;

**XXV** Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

**XXVI** Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;

**XXVII** Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**XXVIII** Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XXIX Manter atualizados, durante a vigência do contrato, o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores exigido durante a licitação;

XXX Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

XXXIV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, que integra esta Ata;

XXXV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XXXVI Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;

XXXVII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CETEL (Matriz IV - Ed. José de Alencar, SEPN 512, Conjunto C, LT 9 - CEP 70.760-500) no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.

XXXVIII Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA ou eventual instituição de transição

ou para um adquirente definitivo, garantindo a continuidade da prestação do serviço até o final do contrato.

XXXIX (excluído)

XL Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XLI Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:

- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
- i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - Dirigente da CAIXA;
  - Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

- Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
  - j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.
- XLII Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA ([https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx));
- XLIII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XLIV Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Vigésima Sétima.
- XLV Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

São responsabilidades do FORNECEDOR:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 76 da Lei 13.303/2016;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à CAIXA;

- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser prestado o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA, para a execução das atividades contratadas, durante a vigência do contrato;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes e no Termo de Referência;
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.
- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.
- VII Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas em lei e neste contrato.

**Parágrafo Único** – No caso de supressão de serviços nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.



- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
  - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
  - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
  - c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
  - d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
  - e) Gestão adequada de resíduos;
- III Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
  - a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- IV Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
  - a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- V Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VI Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.



- VII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS**

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 5 (cinco) anos, a contar da data do fornecimento/serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, e recepção na CAIXA da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** – O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega do documento fiscal, cabendo à contratada emitir o correspondente documento fiscal em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

a) quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentado no 1º dia útil subsequente.

b) no caso de pagamento a consórcio constituído para a prestação dos serviços, a empresa líder deverá apresentar à CAIXA os documentos de cobrança acompanhados das respectivas notas fiscais emitidas por cada uma das CONSORCIADAS, correspondentes aos valores da prestação de serviços de cada empresa participante do consórcio.

**Parágrafo Segundo** – A não apresentação do documento fiscal citado no parágrafo anterior, no prazo indicado, assegura à CAIXA o direito de suspender o pagamento dos serviços, sem que isso implique a atualização ou correção do valor da nota fiscal/fatura, ficando ainda o fornecedor sujeito ao pagamento de multas por eventuais atrasos nos repasses de tributos pela CAIXA.

**Parágrafo Terceiro** – Nas obras/serviços cujo prazo de execução seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias corridos, o pagamento dar-se-á em uma única parcela, no final da obra, após vistoria e mensuração da mesma pela CAIXA.

**Parágrafo Quarto** – As obras/serviços com prazo de execução superior a 30 (trinta) dias corridos, poderão ser pagas em medições mensais, após os 30 (trinta) dias

iniciais, desde que a CONTRATADA apresente solicitação com a respectiva medição, observado o Cronograma Físico-Financeiro estabelecido.

a) As medidas deverão ser discriminadas e apresentadas na forma de planilha, identificando os itens de acordo com a proposta inicial.

**Parágrafo Quinto** – Todos os equipamentos fornecidos na realização da obra/serviços tais como, aparelhos de ar condicionado, elevadores, NO-BREAK, estabilizadores, portas de segurança, centrais telefônicas, aparelhos de fax, e outros, deverão ser faturados através de Nota Fiscal de Venda contendo custos unitários e totais e garantia dos equipamentos nos termos da licitação, acompanhados dos elementos seguintes, sem o que não será possível efetuar o respectivo pagamento:

- a) Manual completo de operação do(s) equipamento(s);
- b) Certificado de garantia do(s) equipamento(s) instalado(s);
- c) Esquema elétrico completo da instalação, e
- d) Fotocópia da folha de partida do(s) equipamento(s).

**Parágrafo Sexto** - O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) A identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;
- b) descrição de todos os serviços/itens que compõem o respectivo documento fiscal de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

**Parágrafo Sétimo** – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará o fornecedor a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

**Parágrafo Oitavo** – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o fornecedor, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso o fornecedor esteja amparado por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos

referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Nono** – Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, o fornecedor é obrigado a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais/faturas forem necessárias, independentemente de o fornecedor estar ou não nele estabelecido e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

**Parágrafo Décimo** – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pelo fornecedor, serão cobrados diretamente do fornecedor.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS).

**Parágrafo Décimo Segundo** – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

**Parágrafo Décimo Quato** - Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

**Parágrafo Décimo Quinto** – O não pagamento dos documentos fiscais, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGPM-2) \times \dots (1 + IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

**Parágrafo Décimo Sexto** – No caso de consórcio constituído para a execução dos contratos decorrentes da presente Ata, a responsabilidade contratual é solidária entre todas as CONSORCIADAS.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

**Parágrafo Terceiro** - A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá o FORNECEDOR das responsabilidades previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO**

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata ou da garantia contratual, se houver previsão contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1+IGP-M1) \times (1+IGPM-2) \times \dots (1+IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva do FORNECEDOR:

I) todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos decorrentes da presente Ata, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

O FORNECEDOR, quando convocado para assinatura dos Contratos, prestará garantia de execução contratual, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, devendo apresentar à CAIXA, como condição para a assinatura do instrumento contratual, o comprovante em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II Seguro-garantia
- III Fiança bancária

**Parágrafo Primeiro** – A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do Contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

**Parágrafo Segundo** – O Seguro-garantia é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

**Parágrafo Terceiro** – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 30 (trinta) dias após a última data de vencimento do Contrato;

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas,

bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais

I No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

b) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

c) A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

I A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

II No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;

III A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;

IV Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.

V A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

VI Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas na alínea "a", parágrafo terceiro.

**Parágrafo Quarto** - Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;



c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

**Parágrafo Quinto** - Para a reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;

c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;

d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

**Parágrafo Sexto** – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

**Parágrafo Sétimo** – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do Contrato.

**Parágrafo Oitavo** – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do Contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

**Parágrafo Nono** – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;



- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não **cumpra suas obrigações**;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no Parágrafo Décimo Primeiro desta cláusula, independente de notificação à Instituição emitente.
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

**Parágrafo Décimo** - A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do seu vencimento, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e no Contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado. Quando não houver apresentação da garantia pelo Fornecedor no prazo estabelecido, a Caixa poderá reter o valor correspondente quando do pagamento da fatura.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – O fornecedor deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo nono acima.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

- a) a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS**

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo Primeiro** – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**Parágrafo Segundo** – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

**Parágrafo Terceiro** – É admitida a revisão dos preços desta Ata, mediante negociação entre as partes, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

a) O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira revisão será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, caso em que o termo inicial é a data-base do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, que serviu de base à confecção da proposta apresentada.

b) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a revisão de preços poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas envolvidas na prestação dos serviços, admitindo-se uma única revisão de preços a ser realizada no interregno mínimo de um ano.

c) Nesse caso, a anualidade para as próximas revisões será computada da última data-base objeto da revisão anterior, desde que respeitado o intervalo mínimo de um ano.

d) Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou de insumos definidos pelo poder público, serão revistos com base nos respectivos instrumentos legais, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos, respeitando a anualidade, desde que devidamente demonstrados em memória de cálculo na apresentação da proposta homologada na licitação.

e) Quando da solicitação de revisão, o FORNECEDOR deve apresentar a convenção ou acordo coletivo de trabalho devidamente registrado no MTE, sentença normativa ou de insumos definidos pelo poder público, e sinalizar os índices contratuais para reajuste dos demais insumos, vedada a inclusão de insumos e benefícios existentes na data da formulação da proposta, necessários para a execução dos serviços, mas não previstos originariamente.

f) Após o primeiro ano de vigência da Ata, os itens “aviso prévio trabalhado e indenizado” serão ajustados na planilha de composição de custos, para garantir a

provisão equivalente a 10% (dez por cento) do percentual pago no primeiro ano de contrato, em conformidade com a Lei 12.506/2011.

**Parágrafo Quarto** – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

**Parágrafo Quinto** – A revisão deverá ser solicitada dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito. Caso seja solicitada em prazo superior, os efeitos financeiros da revisão solicitada serão contados a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusivamente responsável pela ausência de solicitação no período determinado.

**Parágrafo Sexto**– Na hipótese de concessão da revisão prevista nessa cláusula serão igualmente atualizados os preços nos contratos derivados desta Ata de Registros de Preços.

**Parágrafo Sétimo** – A alteração dos preços poderá se dar com a revisão dos preços da presente Ata ou dos contratos dela derivados, o que ocorrer primeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

A CAIXA poderá cancelar os preços registrados e rescindir os contratos decorrentes desta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado.

**Parágrafo Primeiro** – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- I Por razão de interesse público; ou
- II Pedido do fornecedor.

**Parágrafo Segundo** – Ocorrendo cancelamento dos preços registrados, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelados os preços registrados a partir da última publicação.

**Parágrafo Quarto** – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAIXA, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**Parágrafo Quinto** – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas à execução do objeto desta Ata.

**Parágrafo Sexto** – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I            Multa;
- II           Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** – No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura do Contrato o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 2% (dois) por cento).

**Parágrafo Segundo** – A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima quarta, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** – Além das multas previstas nos parágrafos primeiros e segundo, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

- a) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 0,5% do faturamento mensal;
- b) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 0,5% sobre o valor global do contrato;
- c) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 5% do faturamento mensal;

d) Pelo não cumprimento do prazo de integração do seu sistema de controle de chamados com o sistema da CAIXA, ficará sujeito multa à razão de 0,01% do valor global do contrato, por dia de atraso.

e) As multas estão limitadas a 10% do valor global do contrato.

**Parágrafo Quarto** – O Fornecedor autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Quinto** – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.

e) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

f) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

g) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

h) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

i) Não manter a proposta;

j) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

k) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

h) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

**Parágrafo Sexto** – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

**Parágrafo Sétimo** – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo

administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

n

**Parágrafo Oitavo** – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Nono** – A ipenalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

**Parágrafo Décimo** – A falta de quaisquer materiais ou insumos cuja prestação dos serviços incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3104-01.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA**

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para a contratada;
- III Por determinação judicial;

**Parágrafo Primeiro** - Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.
- VIII Descumprimento das obrigações previstas na Política de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação da CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

**Parágrafo Terceiro** – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Quarto** – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

**Parágrafo Quinto** - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente à prestação dos serviços contratados.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I Prévia anuência da CAIXA;
- II Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independentemente do número de estatais que aderirem;
- IV Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a CAIXA;



**Parágrafo Primeiro** - O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a CAIXA, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

**Parágrafo Segundo** – Após a autorização da CAIXA, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CAIXA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**Parágrafo Primeiro** – A FORNECEDORA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato, nos limites e condições estabelecidos no item “Disposições Finais” do edital;

**Parágrafo Segundo** – No caso de subcontratação de outra empresa, a FORNECEDORA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I           É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

II           Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos/prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará o fornecedor para promover as mudanças necessárias;

III          O FORNECEDOR informará à CAIXA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;

IV          Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação do Fornecedor com outrem, a CAIXA reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;

V           O FORNECEDOR não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade do Fornecedor e aplicação das penalidades cabíveis;

VI O FORNECEDOR está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

VII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato decorrente desta Ata e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

VIII É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

IX A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste instrumento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

Local e data

---

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

---

Fornecedor

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

**FORNECEDOR 1: CNPJ**

**FORNECEDOR 2: CNPJ**

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****MODELO DE DECLARAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A  
INFORMAÇÕES**

A Empresa ....., por este instrumento público, confere poderes à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, para acessar informações relativas a tributos, contribuições sociais, previdenciárias, FGTS, e outros encargos devidos, podendo solicitar certidões e declarações, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Agente Operador do FGTS, de toda e qualquer informação relativa à verbas trabalhistas/previdenciárias referentes ao quadro de empregados alocados no contrato resultante da Ata n.º ..... É permitido o substabelecimento dos poderes aqui conferidos a outros empregados da CAIXA (Outorgada), que estejam no exercício de cargo ou função compatível com o exercício dos poderes que lhes serão substabelecidos.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

**1.1** Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

**1.2** Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

**1.3** As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

**1.4** Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**

**2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

**2.1.1** Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

**2.1.2** Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

**2.1.3** Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

**2.1.4** Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

**2.1.5** Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012.

**2.1.6** Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

**2.1.7** Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

**2.1.8** Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

**2.1.9** Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

**2.1.10** Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

**2.1.11** Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

**2.1.12** Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão de obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

**2.1.13** Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

**2.1.14** Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

**2.1.15** Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

**2.1.16** Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

**2.1.17** De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site [www.jogoresponsavel.com.br](http://www.jogoresponsavel.com.br) e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

**2.2** As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

**3.1** A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

**3.1.1** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

**3.1.2** Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

**3.1.3** Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

**3.1.4** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

**3.1.5** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

**3.1.6** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

**3.1.7** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

**3.1.8** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.



**3.1.9** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

**3.1.10** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**3.1.11** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

**3.2.1** Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

**3.2.2** Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

**3.2.3** Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

**3.2.4** Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

**3.2.5** Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

**3.2.6** Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

**3.3.1** Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

**3.3.2** Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

**3.3.3** Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

**3.3.4** Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

**3.3.5** Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

**3.3.6** Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO  
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF] ....., por meio do seu representante devidamente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não ter conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Ter conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

---

Local, data.

---

(assinatura)  
(nome e cargo)

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO -  
Exclusivo para Prestador de Serviço**

<b>Nome do Usuário</b>	<b>Matrícula</b>
<b>Empresa</b>	<b>Função</b>
<b>Lotação</b>	<b>Telefone</b>

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;

10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do usuário  
imediate

\_\_\_\_\_  
Assinatura/matricula da Chefia

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
- i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente da CAIXA;
  - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
- j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(\_\_\_\_\_)

Nome/CPF

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL  
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.  
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável



**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES**

Razão Social/Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO**  
**MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA – FORNECEDORES**

Razão Social/Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

1. Está ciente das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA [Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação](#) e que se compromete a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA], além de divulgar o Canal de Denúncias da CAIXA a todos os empregados e prestadores de serviço. Nesse sentido, a CONTRATADA compromete-se a:

- I. Adotar medidas eficazes de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e a qualquer forma de discriminação, inclusive, mas não se limitando, por motivo de raça, cor, etnia, religião, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, idade ou condição social, no ambiente de trabalho;
- II. Manter conduta compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do respeito mútuo, responsabilizando-se por atos praticados por seus prepostos, inclusive terceirizados, no âmbito da execução contratual;
- III. Divulgar, de forma clara e acessível aos seus empregados e prepostos envolvidos na execução do contrato, o Canal de Denúncias da CAIXA, disponível em <https://www.caixa.gov.br/denuncia>, como meio oficial para o reporte de condutas ilícitas, assédio, discriminação e outras violações éticas relacionadas à execução contratual;
- IV. Manter registros e estatísticas de todas as medidas adotadas para cumprimento das obrigações acima, disponibilizando-os à CONTRATANTE sempre que solicitado.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

**DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS**

Eu,....., CPF....., representante da empresa ..... , CNPJ ..... , no cargo de ..... , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>, [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_

**ANEXO V****MINUTA DE CONTRATO****Número do Instrumento Contratual                    /                    (Pedido SAP                    )****CONTRATANTE:****CNPJ:****Endereço:****Representada por:                    – CPF:****CONTRATADA:****CNPJ:****Endereço:****Telefone:****Representada por:                    - CPF(MF):****1 DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para prestação de serviços de expansão de solução de rede sem fio para as agências da CAIXA, compreendendo o fornecimento de hardware e softwares do fabricante H3C, ferramenta de site Survey, serviços de implantação e configuração, suporte técnico especializado e garantia total de 60 (sessenta) meses, conforme especificação contida na Ata de Registro de Preços e no correspondente Termo de Referência/Caderno de Especificações, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Seq.	Item	Qtd.	Unid.	Vlr. unitário	Un. Cx.	Vlr. total	Data remessa

**1.2 Endereço de entrega:                    .****2 DOS PRAZOS**

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “DOS PRAZOS” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

**3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na Ata de Registro de Preços , a CAIXA pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ ( ), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO” da Ata de Registro de Preços.

#### **4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços , para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

#### **5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

5.1 A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA” da Ata de Registro de Preços.

#### **6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas constantes da Ata de Registro de Preços .

#### **7 DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1 Conforme previsto na cláusula “DA GARANTIA CONTRATUAL” da Ata de Registro de Preços.

#### **8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

**9 DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº , bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

**10 DO FORO**

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

, de de .

---

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

**OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTE CONTRATO NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.**

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****TERMO APARTADO DE GARANTIA**

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional de Contratações em Brasília – CECOT/BR, CNPJ(MF) nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_, daqui por diante designada **CAIXA**, ou CONTRATANTE, e, de outro, a empresa \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, é celebrado o presente TERMO DE GARANTIA, decorrente da Licitação CAIXA nº 176/2026. Este TERMO DE GARANTIA está vinculado ao respectivo Edital, seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, estando as partes contratantes sujeitas às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 (Lei das Estatais), Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), e respectivas alterações, bem como às cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Registro de Preços para prestação de serviços de expansão de solução de rede sem fio para as agências da CAIXA, compreendendo o fornecimento de hardware e softwares do fabricante H3C, ferramenta de site Survey, serviços de implantação e configuração, suporte técnico especializado e garantia total de 60 (sessenta) meses.

**Parágrafo Único** – As especificações do objeto, a quantidade total, os locais de entrega e a forma de execução do contrato constam do Anexo I e demais anexos do Edital que passam a integrar e complementar o presente TERMO DE GARANTIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras constantes deste TERMO DE GARANTIA e seus anexos:

I – Fornecer somente produtos novos, não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de produtos reutilizados ou reconicionados, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_\_ e em seus anexos;

II – Obedecer rigorosamente ao prazo, as quantidades e locais de entrega dispostos no Contrato nº \_\_\_\_\_ e em seus anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;



III – Entregar e instalar os equipamentos nos endereços/localidades/prazos indicados no(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços nº .....;

IV – Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) equipamento(s) até o(s) local(is) de entrega;

V – Prestar garantia de 60 (sessenta) meses aos equipamentos fornecidos nas condições dispostas no edital da Licitação Caixa nº 176/2026 e seus anexos;

VI – Cumprir, com o máximo rigor, todas as disposições constantes deste TERMO DE GARANTIA, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida;

VII – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

VIII – Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste TERMO DE GARANTIA;

IX – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao fornecimento do(s) equipamento(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato nº .....;

X – Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento objeto deste TERMO DE GARANTIA, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XI – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos produtos objeto deste TERMO DE GARANTIA.

XII – Substituir, em qualquer tempo, e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa do material devolvido pela CAIXA, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, na amostra do PRODUTO entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis e previstas neste contrato e em seus anexos em conformidade com a Lei;

XIII – Providenciar, nos prazos determinados no Anexo I-B – Forma de Execução e Fiscalização do Contrato, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a correção ou substituição, a critério da CAIXA, dos produtos que apresentem defeito durante o período de garantia;

XIV – Manter, durante o prazo do TERMO DE GARANTIA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XV – Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste TERMO DE GARANTIA, com a qualidade e rigor exigidos;

XVI – Prestar manutenção e suporte sobre os produtos objeto do Contrato nº ....., durante o prazo de garantia, sem custo adicional aos previstos naquele instrumento;

XVII – Assegurar a oferta de bens de reposição e substituição durante o prazo de garantia do contrato.

XVIII – Cumprir todos os quesitos formulados em sua proposta técnica, que será parte integrante do Contrato nº .....

XIX – Informar à CAIXA quando solicitado: marca, modelo e relação dos fabricantes/fornecedores de todos os produtos objeto deste Contrato, respeitando sempre as especificações previstas no edital da Licitação Caixa nº 176/2026;

XX – Recrutar os técnicos, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;

XXI – Disseminar, periodicamente, ao seu corpo funcional (inclusive técnicos) as orientações fornecidas pela CAIXA sobre os procedimentos e padrões CAIXA, que serão realizadas sempre que necessário;

XXII – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CAIXA;

XXIII – Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto da Ata de Registro de Preços;

XXIV – Pagar todos os impostos e taxas devidas sobre os serviços objeto deste contrato, bem como as contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados;

XXV – Tomar todas as providências e realizar as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXVI – Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

XXVII – Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto deste TERMO DE GARANTIA;

XXVIII – Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato nº ....., ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarados pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;

XXIX – Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA;

XXX – Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

XXXI – Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato e da garantia, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXII – Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXIII – Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão e de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIV – Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso às suas dependências.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA deverá, durante o período de garantia, manter estrutura adequada para prestar os serviços de manutenção, assistência técnica e suporte técnico necessários ao pronto atendimento às solicitações da CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações e/ou pertences da CONTRATANTE ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

**Parágrafo Terceiro** – Todos os procedimentos descritos nesta cláusula deverão ser prestados pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CAIXA, durante todo o período de garantia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando do atendimento a CAIXA, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CAIXA;
- II) Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local de prestação dos serviços, desde que observadas as normas de segurança.
- III) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer modificação nos locais de fornecimento/prestação dos serviços, em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, para promoção das mudanças necessárias;

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente TERMO DE GARANTIA é de **60 (sessenta) meses**, contados da data de instalação efetiva do(s) equipamento(s), atestado(s) pelo(s) termo(s) de aceite de instalação emitido pela CAIXA, conforme disposições do item 2 do Anexo I-B – Forma de Execução e Fiscalização do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se obriga a prestar a garantia dos produtos, na forma estabelecida no Edital da Licitação CAIXA nº 176/2026 e seus anexos, que fazem parte integrante deste ajuste.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de vigência deste Termo de Garantia não guarda necessariamente consonância com o prazo estipulado para a execução do objeto descrito e especificado no Edital da Licitação CAIXA nº 176/2026.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas na Ata de Registro de Preços \_\_\_\_/2026, na Lei nº. 13.303/2016 e, no que couber, no Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Único** – As penalidades previstas neste TERMO DE GARANTIA, após a instrução do pertinente processo, no qual fica assegurada ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.



---

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

---

CONTRATADA

**Testemunhas**

---

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

---

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## ANEXO VI

**DECLARAÇÃO MPE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na LICITAÇÃO CAIXA nº 176/2026 que:

- se enquadra na condição de \_\_\_\_\_ **(o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI)**, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte]** ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempreendedor individual - MEI]**, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante**

**ANEXO VII****TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu representante devidamente constituído, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital LICITAÇÃO CAIXA n.º 176/2026.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;



5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

-----

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DO LICITANTE****À****CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
CECOT**

Referência: Licitação CAIXA nº 176/2026

A \_\_\_\_\_ **[RAZÃO SOCIAL/NOME]**, inscrito(a) no \_\_\_\_\_ **[CNPJ/CPF]**, por meio do seu representante devidamente constituído, \_\_\_\_\_ **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE]**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação por meio do Edital publicado;
2. Obriga-se a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
3. Preenche todos os requisitos e condições de habilitação constantes do Edital, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;
4. Tem ciência das condições impostas pela Lei nº 13.726/2018, está ciente que na hipótese de declaração falsa fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, e atesta que os documentos constantes no Portal Licitações CAIXA, apresentados a título de documentação para habilitação no certame (incluindo eventuais diligências) são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais;
5. Seu representante devidamente constituído responde por uma única pessoa jurídica, para manifestação nos procedimentos de habilitação e demais fases e atos inerentes à Licitação.
6. Tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos/consultados para habilitação neste Credenciamento no Portal da Transparência CAIXA e no PNCP, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta "verificador de conformidade", disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.